

NILDES MACÊDO LAGE

**AS ESTRUTURAS DP-*SER*-DP
NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Letras/Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Orientador: Professor Doutor Carlos Miotto
Co-orientadora: Professora Doutora Maria Cristina Figueiredo Silva

Florianópolis – agosto de 1999

Dissertação julgada adequada para a obtenção do grau de

MESTRE EM LINGÜÍSTICA,

área de Teoria e Análise Linguística,

linha de pesquisa em estrutura sentencial.

Aprovada em sua forma final pelo
programa de Pós-graduação em Linguística da
Universidade Federal de Santa Catarina

Coordenadora do CPGLL

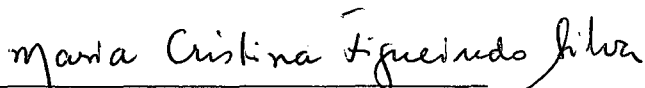


Prof.^a. Dr.^a. Loni Grimm Cabral

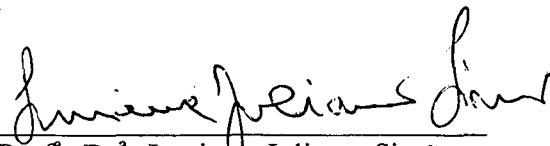
Banca examinadora



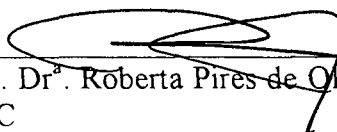
Prof. Dr. Carlos Miotto - UFSC
Orientador



Prof.^a. Dr.^a. Maria Cristina Figueiredo
Silva - UFSC



Prof.^a. Dr.^a. Luciene Juliano Simões -
UFRGS



Prof.^a. Dr.^a. Roberta Pires de Oliveira -
UFSC

AGRADECIMENTOS

Ao orientador, Prof. Dr. Carlos Mioto, e à
co-orientadora, Prof^a. Dr^a. Maria Cristina
Figueiredo Silva;

À Secretária do Programa de Pós-graduação em
Letras/Linguística, doutoranda Suzana Rocha,
e aos demais funcionários;

Aos professores e colegas do Programa;

À Prefeitura Municipal de Florianópolis, que
custeou meu afastamento para estudos nos anos
de 1997 e 1998.

A minha família, que me apoiou e tolerou
minhas ausências.

À Clarinha.

DEDICATÓRIA

Ao Nilson, pelo apoio incondicional
a todos os meus projetos de vida.

RESUMO

Este trabalho analisa o comportamento sintático do verbo *ser* em português brasileiro. Estuda-se a classificação do verbo *ser*, a distribuição de *ser/estar*, as construções DP-cópula-DP e a relação entre os termos pré e pós-cópula nessas construções. Considera-se a hipótese de Moro, que, baseando-se na extração de partes dos DPs pré e pós-cópula de sentenças copulares, sustenta a inexistência de sentenças equativas. A análise do modelo de extração proposto por Moro permite concluir que as diferenças apontadas por esse autor podem ser atribuídas à estrutura dos DPs. Isso reforça a tese da coexistência de estruturas predicativas e equativas em sentenças do tipo DP-cópula-DP.

ABSTRACT

This paper analyzes the syntactic behavior of the verb *ser* (to be) em Brazilian Portuguese. The classification of the verb *ser*, the distribution of the pair *ser/estar*, constructions DP-copula-DP and the relation between the pre and post-copula terms in these constructions are also analyzed. Opposition between predicative and equative sentences is considered, on the basis of Moro's hypothesis, founded on the extraction of parts of subject and predicate DPs. From the analysis of the model proposed by Moro, the conclusion is that the differences he have found may be consequences of DPs structures. That reinforces the thesis that equative sentences do exist.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – A CÓPULA E A SELEÇÃO DE MINI-ORAÇÕES.....	5
1. HAEGEMAN (1995).....	5
2. RADFORD (1997).....	7
3. RAPOSO (1992).....	12
4. KREPS (1994).....	13
CAPÍTULO II – PREDICAÇÃO E EQUATIVIDADE.....	20
1. ROTHSTEIN (1995).....	20
2. CARNIE (1995).....	27
3. RAPOPORT (1995).....	33
4. NISHIYAMA (1997).....	38
5. MORO (1995).....	44
6. MORO (1997).....	51
CAPÍTULO III – O VERBO SER EM PORTUGUÊS.....	58
1. É O VERBO SER INACUSATIVO.....	58
2. SER E ESTAR.....	61
3. O VERBO SER NAS ESTRUTURAS DP-CÓPULA-DP.....	66
4. ESTRUTURAS COMPARATIVAS.....	70
CAPÍTULO IV – EXTRAÇÕES EM SENTENÇAS COPULARES.....	78
1. A NATUREZA DA RELAÇÃO DE CÓPULA.....	84
2. A SINTAXE DAS SENTENÇAS DP-CÓPULA-DP.....	88
3. O TESTE DO PRONOME RESUMPTIVO.....	90
4. CONCLUSÃO.....	91
BIBLIOGRAFIA.....	95

INTRODUÇÃO

Sentenças copulares são aquelas articuladas por um tipo de verbo cujo paradigma é o verbo *ser*. Dependendo da língua que se considere, esse verbo pode não aparecer ou não existir em alguns tempos, usualmente no presente. Há vários tipos de sentenças copulares, mas este trabalho objetiva as construções do tipo DP-cópula-DP¹, como em (1a-b):

(1) a - *Maria é uma/Ø professora.*

b - *Maria é a professora.*

Há duas abordagens sintáticas distintas para (1a-b):

- A primeira nega a existência de construções equativas, considerando que construções do tipo (1b) apresentam assimetria entre os dois DPs. É a posição de Moro (1993, 1997) e Heycock (1994), entre outros. Eles sustentam que as sentenças chamadas de equativas (que estipulariam a igualdade entre dois DPs) são um subtipo, se tanto, de sentenças predicativas, cujo paradigma é o de (1a).
- A segunda proposta, formulada originalmente para a língua inglesa, admite a existência de duas construções com o verbo *to be*: uma equativa e outra predicativa. O argumento básico é que a estrutura argumental das duas construções é diferente. Seguem por esse caminho Rapoport (1987), Rothstein (1995) e Carnie (1993, 1995), Heycock (1995), entre outros.

Este trabalho pretende:

- i) analisar a pertinência das duas visões quando aplicadas às construções de cópula em português;
- ii) determinar se a natureza da relação predicativa é dada pelo verbo ou se, pelo contrário, a relação de predicação já existe entre os DPs, sem, contudo, formar sentença;

¹ Uniformizamos como DP a denominação dos sintagmas nominais, por não considerar relevante, para esse trabalho, as eventuais distinções entre DP e NP.

- iii) identificar as razões pelas quais não é possível em (1a) inverter a ordem dos DPs, salvo em situações de tópico ou foco: ??Uma/Ø professora é Maria;
- iv) analisar os fenômenos da especificidade e da referencialidade como fatores decisivos na distinção entre sentenças equativas e predicativas.

A par desses objetivos específicos, consideraram-se, subsidiariamente, outros aspectos da distribuição do verbo *ser* e teorias propostas a respeito. Esse verbo compõe, com *estar*, de uso em contextos mais restritos, um conjunto com a mesma função. Será o verbo *ser* (ou *ser/estar*) inacusativo, embora com peculiaridades? Haverá distinção estrutural entre *ser*, auxiliar, seguido de um particípio, e o mesmo verbo seguido de um adjetivo que atribua ao que predica o papel temático de tema? Em que medida determinantes que precedem DPs pós-cópula atuam na distinção entre sentenças predicativas e equativas, se é que essas existem? Finalmente, em que tudo isso se relaciona com o modelo lógico que, a partir da noção de função, define a sentença como relação entre argumentos (Frege, 1978)?

As sentenças com verbo de cópula têm preocupado filósofos e lingüistas desde a antigüidade. Para Aristóteles, os nomes, por si só, não podem ser falsos ou verdadeiros; falsidade e verdade são propriedades da sentença. Como toda afirmação em forma de sentença deve conter um verbo, pode-se entender que o papel da cópula não seria o de estabelecer a predicação, mas, sim, inserir na relação nome/nome ou nome/adjetivo a especificação de *tense*, essencial na sentença.

Abelardo, seguidor de Aristóteles, considera que a cópula, ao invés de apenas introduzir a especificação de *tense*, transforma um adjetivo ou nome em predicado: nas sentenças *o homem é mamífero* e *Sócrates é homem*, o verbo de cópula seria o elemento que transforma *mamífero* e *homem* em predicados de *o homem* e *Sócrates*, respectivamente, e os DPs *o homem* e *Sócrates* em sujeito de *mamífero* e *homem*. A Gramática, de Arnaud e Lancelot (primeira edição em 1660), e a *Lógica de Port Royal*, de Arnaud e Nicole (primeira edição em 1662) dão seguimento a essa linha de raciocínio.

O outro significado atribuído à cópula, como expressão de identidade, tem origem em Russel, que, no início do Século XX, considerava ambígua a palavra. Para o lógico inglês, a cópula pode estabelecer uma relação predicativa, como em *John is human*, mas

também de identidade, como em *John is a man*. Nas sentenças que expressam identidade, qualificava o verbo como transitivo, selecionando dois argumentos, um deles objeto. Essa é a origem da tese dos dois verbos *to be*.

Em que pese a proposta de Russel quanto à sintaxe da cópula nas sentenças de identidade, as três abordagens acima consideram essencialmente a palavra em si: tratam da entrada lexical.

Com Jespersen (1984), na década de 1920, surge nova visão de sentença, associada ao conceito de estrutura. No entanto, o autor permanece fiel a Aristóteles: a função do verbo de cópula seria inserir *tense* na sentença, atuando como expletivo, comparável ao pronome *it*, em *it rains*, por exemplo. Não poderia expressar relação de identidade, porque, na relação $A = B$, o símbolo $=$ só pode ser substituído pela cópula mais a palavra *igual* (*A é igual a B*).

Jespersen restringe a esse caso o conceito de equatividade. Não considera o fato de que, nas equativas verdadeiras, os dois termos da equação não são efetivamente iguais apenas em valor: a equação estabelece-se na medida que A e B têm o mesmo referente. Na sentença *Márcia é a mulher de Pedro*, a expressão lingüística $A = B$ reporta-se, de fato, a uma identidade, $A \equiv A$ (ou $A \leftrightarrow A$), porque *Márcia* e *a mulher de Pedro* são a mesma pessoa e, tautologicamente, uma coisa é idêntica a ela mesma.

Estão em jogo, aí, os conceitos de *sentido* e *referência* (*Sinn* e *Bedeutung*) propostos por Frege há mais de um século. Observou ele que, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letra), existe, além daquilo por ele designado, que se pode chamar de sua *referência*, ainda o que chama de sinal, onde está contido o *sentido*, ou modo de apresentação do objeto:

A conexão regular entre o sinal, seu sentido e sua referência é de tal modo que ao sinal corresponde um sentido determinado e ao sentido, por sua vez, corresponde uma referência determinada, enquanto que a uma referência (a um objeto) não deve pertencer apenas um único sinal. O mesmo sentido tem expressões diferentes em diferentes linguagens, ou até na mesma linguagem. (Frege, 1978, pag. 63)

Ao estabelecer que o sujeito é o elemento que concorda com o verbo - gramaticalizando, portanto, a noção de sujeito - Jespersen (1924:150) suscita um problema. Nas sentenças DP-cópula-DP (*Paulo é o médico da família/O médico da família é Paulo*), não há como estabelecer qual dos dois DPs concorda com o verbo e,

portanto, qual dos dois é o sujeito. Propõe, nesse caso, que o sujeito é sempre o DP mais definido da sentença.

A noção de definitude não parece, no entanto, explicar a concordância portuguesa em, por exemplo, *Pedras são o único material usado na obra, Tudo que temos são dívidas* etc. Nessas frases, *o único material* e *tudo o que temos* seriam mais específicos (pelo menos, mais determinados e quantificados) do que *pedras* e *dívidas*; no entanto, a concordância se faz com o argumento mais concreto.

Problemas similares são foco da discussão sobre sentenças de cópula na teoria Princípios e Parâmetros, de Chomsky. O pressuposto fundamental é que a estrutura da sentença é dada pelas categorias flexionais de concordância e tempo: as funções gramaticais derivam de configurações sintáticas. Dado que as posições sujeito e predicado são assimétricas e que a posição sujeito é sempre a posição mais alta (Spec d IP), surge um problema: em sentenças comuns, como *A garota que nos ajudou na quinta-feira foi a Glória*, com exceção de situações de tópico ou foco, só seria possível a análise do DP pós-verbal, *Glória*, como predicativo.

Para Moro (1993, 1997), a solução do problema está numa análise mais flexível da estrutura da sentença. Ele sustenta que predicados também podem ocupar a posição pré-verbal. Nessa análise, portanto, *Glória* passa a ser o sujeito em posição pós-verbal e o DP na posição pré-verbal é o predicado.

Parece evidente que a ordem Suj.-V-Pred., se considerada rigidamente, apresenta problemas, pelo menos no nível da realização, na maioria das línguas. No caso das declinadas, como o latim, o grego, o russo ou o alemão, a ordenação dos termos da sentença parece ter menor papel decisivo em vários contextos. No caso das línguas pro-drop, como o italiano, o espanhol e o português, as realizações V-Suj. são comuns com o verbo *ser*, com verbos inacusativos e construções pronominais tradicionalmente descritas como reflexivas:

(2) a - *Sou eu/Soy jo/Sono io*

b - *Chegou o João/Llegó Juán/È arrivato Gianni*

c - *Me chamo(am) Maria/ Me llaman María/ Mi chiamano Maria*

CAPÍTULO I

A CÓPULA E A SELEÇÃO DE MINI-ORAÇÕES

Uma das abordagens possíveis para a cópula – Moro (1997), Heycock (1998), Carnie (1995), Kroch (1998), Rothstein (1995), Nishiyama (1997) – é considerar que ela seleciona mini-orações (*small clauses*, daqui em diante SCs).

Construções como [*the taxi driver innocent*] em

(1) *I consider the taxi driver innocent*

Considero o taxista inocente

nomeadas pela literatura tradicional como *verbless clauses*, são, na literatura gerativa (*Government and Binding*), chamadas de SCs.

Segue-se o resumo das análises dessas estruturas, feitas por Haegeman, Radford, Raposo e Kreps.

1. HAEGEMAN (1995)

Há três tipos de constituintes sentenciais: *tensed*, *infinitival* e SC.

Para Haegeman, SCs são projeções de um núcleo funcional AGR. Ela chega a essa conclusão considerando que existe concordância de número e, eventualmente, de gênero entre o DP sujeito e o AP predicado:

(2) a – *Je considère le garçon très intelligent*

O rapaz muito inteligente

b – *Je considère la fille très intelligente*

A moça muito inteligente

c – *Je considère les garçons très intelligents*

Os rapazes muito inteligentes

Haegeman apresenta, como evidência de que SCs são projeções de núcleos funcionais, exemplos em inglês e francês, como (3a) e (3b). Neles, *as* e *comme* são considerados pela autora como *spell outs* do núcleo das SCs:

- (3) a - *I consider him as my best friend*
 Considero-o (**como**) meu melhor amigo
- b - *Je considere Louisa comme ma meilleure amie.*
 Considero Luísa (**como**) minha melhor amiga

No entanto, o núcleo funcional AGR é fraco e não atribui Caso. Daí a SC ser considerada por Haegeman como dependente da oração matriz (principal), cujo verbo (ECM) atribui Caso ao DP sujeito da SC. Em (1), o verbo *consider* atribui Caso acusativo ao DP sujeito *the taxi*, licenciando a construção.

Existem tipos diferentes de SC:

- (4) a - *I consider [Betty very intelligent]*
 Considero Betty muito inteligente
- b - *Betty considers [the taxi driver an important ally]*
 Betty considera o taxista um importante aliado
- c - *I consider [your proposal completely out of the question]*
 Considero sua proposta inteiramente fora de questão

Em (4a), *Betty* é o DP sujeito do AP predicado *very intelligent*. Em (4b), *the taxi driver* é o DP sujeito do DP *an important ally*. Em (4c), *your proposal* é o DP sujeito do PP predicado *completely out of the question*. Uma das evidências de que o material entre colchetes de (4 a-c) forma um constituinte oracional é o fato de que não é possível, como prova (5), haver, dentro da SC, material associado ao verbo principal:

- (5) **The chief inspector wants [Maigret very much in his office]*

A SC AGRP é transparente para regência externa. Uma *WH-phrase* pode ser extraída da posição de sujeito de uma SC e o traço de *WH-phrase* é propriamente regido, como requer ECP:

- (6) *Who did [you [t' [think [t' unhappy]]]]?*
 Quem você acha (que é) infeliz?
- (7) *Who did [you [t' [think [t' a great friend]]]]?*
 Quem você acha (que é) um grande amigo?
- (8) *Who did [you [t' [expect [t' in your office]]]]?*
 Quem você espera em seu escritório?

Conclui-se que a SC é transparente para regência por antecedente. Algumas vezes, a SC AGRP é opaca para regência externa (BC)¹, isto é, não é L-marcada²:

- (9) *Poirot arrived [PRO angry]*
 Poirot chegou zangado (10) *We thought [Poirot angry]*
 Achamos (que) Poirot (estava) zangado

Em (9), para Haegeman, a SC AGRP é uma estrutura de adjunção; o verbo da oração matriz é inacusativo e o sujeito PRO não é marcado por Caso (PRO não pode ser regido). Em (10), *Poirot angry* é complemento do verbo transitivo, portanto L-marcado. *Poirot* recebe Caso acusativo do verbo da oração matriz.

2. RADFORD (1997)

Enquanto, para Haegeman, SCs são projeções do núcleo funcional [_{AgP}DP [Agr XP], SCs, para Radford, têm estrutura canônica [DP XP], onde XP = AP, DP, PP etc. O autor apresenta uma série de testes que comprovam que o DP na estrutura V [DP XP] é sujeito da SC. Eis alguns deles:

¹ BC – “C is a BC for B if and only if C is not L marked and C dominates B” / “C é uma BC para B se e somente se C não é L marcado e C domina B” (CHOMSKY 1986 b: 14, def (25))

² L-marking – “A L-marks B if and only if A is a lexical category that governs B” / “A L-marca B se e somente se A é uma categoria léxica que rege B” (CHOMSKY 1986 b: 15)

a - Sintaxe do reflexivo enfático flutuante

(11) *The president is coming himself*

O presidente está vindo **ele mesmo**

(12) **We put the president in our car himself*

(13) **I looked behind the president for guards himself*

O pronome reflexivo só pode ter como antecedente um DP na posição de sujeito, como mostram (11), e (14). Por isso, (11) é bem formada e (12) e (13) mal formadas: nas duas últimas sentenças, o reflexivo de 3ª pessoa (*himself*) não é compatível com os sujeitos *we* e *I*, de 1ª pessoa. Mesmo sendo compatível com o DP *the president* (objeto em (12) e objeto preposicionado em (13)) o reflexivo flutuante não pode ser vinculado a esses DPs, por não serem eles sujeito.

Em (14), *himself* pode ser vinculado por *the president*, que é marcado por acusativo.

(14) *I consider [the president entirely responsible himself].*

Considero o presidente **mesmo** inteiramente responsável.

Isso é possível porque *the president* é sujeito de uma SC, o que comprova que SCs são constituintes oracionais.

b - O pronome reflexivo requer um antecedente na mesma oração

Em (15), *myself* está co-indexado com o pronome *I*, que ocupa a posição de sujeito na oração matriz, portanto fora da SC. Considerando que SC é um constituinte oracional, logo, com sujeito e predicado, é preciso que *myself* encontre o seu antecedente dentro da SC - necessariamente, o sujeito. Não é possível: por isso, (15) é agramatical com *myself*, mas não com *me*, que não sofre as mesmas restrições por ser um pronome.

(15) *I don't want [you near me/*myself]*

Não quero você perto de mim

c - NPs iniciados por *not*

Ocorrem somente na posição superficial de sujeito:

(16) *Not many gorillas have learned to tapdance*

Não [são] muitos [os] gorilas [que] aprenderam a sapatear.

(17) **Joe kiss not many models.*

A generalização é comprovada no exemplo da SC abaixo:

(18) *I consider [not many people suitable for the post]*

Considero **não muita** gente adequada para o posto.

d - Segundo Radford, SCs não têm o estatuto de *S-Bar*, ou seja, o estatuto de constituinte CP. SCs não podem ser introduzidas por complementarizadores nem podem ter auxiliares invertidos antepostos ao sujeito (auxiliares invertidos ocupam a posição C⁰; como SCs não têm CP, o auxiliar não teria onde pousar), como mostram os exemplos abaixo:

(19) **I didn' consider[that/ if/ whether for it suitable].*

(20) **Let [be there light].*

e - A SC parece não ter o constituinte *I*, de acordo com Radford. O exemplo (21) mostra que, com a partícula infinitiva *to* ou com o auxiliar *can*, a sentença é agramatical:

(21) **I consider [your attitude to/can deeply offensive]*

f – SCs, diz Radford, não permitem PRO como sujeito, quando são complementos de um subconjunto de verbos transitivos (ECM) que atribuem caso acusativo aos sujei-

tos das SCs. A impossibilidade de PRO nas SCs decorreria do fato de que PRO não pode ser regido.

No entanto, para Haegeman (1995), existem SCs com PRO, desde que o verbo da oração matriz seja inacusativo, quer dizer, não atribua Caso a seu complemento:

(22) *Poirot_i arrived [PRO_i angry]*

i - Radford apresenta as análises de Stowell (1981) e Chomsky (1986) sobre que tipo de projeção é a SC. Para Stowell, SCs são projeções dos predicados que as contêm. O autor considera o predicado da SC uma projeção de nível “uma barra” e toda SC uma projeção de nível “duas barras” de seu núcleo. Exemplo:

(23) *I consider [_{AP} John [_{A'} very stupid]]*.

Considero John muito estúpido.

Radford discorda disso. Ao exemplo de Stowell, contrapõe o seguinte, no qual o determinante *the* impõe a expansão do predicado à projeção máxima:

(24) *I've always considered [sc John [DP the best player in the team]]*

Sempre considereei John o melhor jogador da equipe.

Outro ponto em que esses dois autores discordam é quanto a *anteposição* na SC. Para Stowell, o sujeito da *small clause* seria o especificador de toda a mini-orção. Para Radford, o sujeito das SCs, complemento de verbos tipo *consider*, apresenta propriedades diferentes da dos especificadores, como mostram (25) e (26). É que o especificador de um AP, DP, PP, etc. não pode ocupar posição anterior, isto é, fora do constituinte a que pertence, porque a sentença seria agramatical:

(25) a - *He is [so fond of Mary] that he won't leave her.*

Ele é tão apaixonado por Mary que não vai deixá-la.

b - **So is he [-- fond of Mary] that he won't leave her]*

Como mostra (25b), não é possível separar *so* (especificador) do resto do constituinte entre colchetes. No entanto, em (26), nas SCs é possível o sujeito separar-se do resto do constituinte, conforme o exemplo do próprio Stowell (1981 p.262):

- (26) *John I consider [- very stupid]*
 John eu considero muito estúpido

Tal comportamento dos constituintes das SCs em (26) e (25) leva Radford a propor que sujeito e predicado nessas construções sejam projeções máximas.

Para Chomsky (1986), SCs são geradas na base como estruturas de adjunção. Vistos dessa forma, tanto o predicado quanto a SC têm o mesmo estatuto categórico de XP (= X⁰). No entanto, essa análise implica que, de (27), poder-se-ia gerar (28), que é agramatical.

- (27) - *I consider* [_{AP} *John* [_{AP} *highly intelligent*]]
 Considero John altamente inteligente
 (28) -* *I consider* [_{AP} *highly intelligent*]

O exemplo (28) deveria ser gramatical, já que atende às propriedades do verbo *consider* como selecionador do AP; no entanto, (28) é agramatical. Além disso, partindo do princípio de que o AP pode funcionar como atributo modificador de N⁰ (projeção intermediária de N), poder-se-ia, de (29a), gerar (29b). Mas (29b) também é agramatical:

- (29) a - ... [_{AP} *highly intelligent*] [*student of Physics*]
 ... altamente inteligente estudante de Física.
 b - * [_{AP} *John highly intelligent*] [*student of Physics*]

Em (29b), não é possível ao AP *John highly intelligent* exercer a função de atributo de *student of Physics*, ao contrário do que acontece em (29a).

3. RAPOSO (1992)

Raposo (1992) analisa as propostas de Stowell (1981, 1983) e de Fukui & Speas (1983) sobre o tipo de projeção das SCs. Para Stowell, SCs são projeções de seu predicado e a posição de especificador é preenchida pelo sujeito da SC. Ao contrário, para Fukui & Speas, o sujeito das SCs não converte a projeção X' numa projeção de nível XP. Para estes autores, o sujeito é um adjunto à projeção X' formada pelo núcleo lexical e o seu complemento. Para que essa análise seja possível, é necessária outra leitura do estatuto das posições A e A-barra, de tal modo que uma posição A-barra possa comportar um argumento.

Raposo apresenta também a análise de Kayne (1984) sobre a posição-A, perfeitamente conforme Fukui & Speas. A proposta de Kayne é que se defina uma posição-A (ou não-A) de acordo com o conteúdo do constituinte: posição -A seria aquela ocupada por um argumento da oração, sujeito ou complemento subcategorizado; posição A-barra seria aquela ocupada por um constituinte não argumental (um quantificador). A posição de adjunção do sujeito é uma posição-A, já que é ocupada por um argumento.

As SCs apresentadas como exemplo por Raposo são todas complementos de verbos transitivos como *considerar*, *querer*, *fazer* etc., que atribuem Caso acusativo ao DP na posição de sujeito (ECM).

Para Raposo, construções SCs com DPs determinados como em (30) podem ser consideradas um dado em favor da hipótese de que são possíveis SCs de núcleos funcionais:

(30) *Considero* [SC D' a Maria_D [a [D' [DP *melhor aluna da turma*]]]]]

Em (30), o DP *a Maria* não pode ocupar a posição Spec DP porque o núcleo D (*a*) não atribui caso em português; ocupa, então, a posição adjunta a D'. Se a hipótese se confirma, SCs são projeções não apenas de núcleos lexicais, mas também de núcleos funcionais.

4. KREPS (1994)

Para Kreps, SCs são IPs com um núcleo I vazio (Io) (31b). Essa estrutura deriva de IPs padrão de orações não finitas (31a):

(31) a - *Balanescu_i appears* [PP t_i [I to[_{VP} be[_{AP} miserable]

Balanescu parece ser miserável

b - *Balanescu_i appears* [IP₀ t_i [Io [_{VP} Vo [_{AP} a miserable]]]

Balanescu parece um miserável

O autor aponta as vantagens de sua proposta:

A - O sujeito ocupa posição argumental - A proposta de que SCs são projeções máximas de seu predicado, geradas por adjunção, não é de todo satisfatória, porque cria uma contradição dentro da teoria. Esta estipula que o sujeito é filho de XP; na análise de Chomsky (1986), o sujeito é ao mesmo tempo filho e irmão de XP. Para solucionar esse problema, criou-se nova definição: o sujeito é um YP diretamente dominado por um XP. O problema é que essa definição também se aplica aos advérbios que, no entanto, nada têm a ver com a relação de sujeito. E soma-se a isso que um argumento não pode ser gerado em posição A-barra. Pela proposta de Kreps, o sujeito ocuparia a posição Spec IP - uma posição, portanto, argumental.

B - SC e o filtro de Caso

(32) a - *Arnold_i seems* [DP t_i [DP a bit of a dunce]]

Arnold parece um pouco tapado

b - *Wagner_i was considered* [DP t_i [NP an enemy of the state]]

Wagner foi considerado um inimigo do estado

Em (32a-b), *Arnold* e *Wagner* são alçados para a posição de sujeito para não violar o filtro de Caso que determina que todo DP lexical tem que ter Caso. A pergunta de Kreps é porque a exigência de Caso não se aplica também aos DPs *a bit of a dunce* e *an*

enemy of the state. Poder-se-ia argumentar que, no caso de DPs que o autor chama de *proposicionais* – os que ocupam o lugar de predicativos –, a marcação de Caso não é obrigatória; ou que, dentro da proposta minimalista, admitindo-se a hipótese de que esses DPs têm *traços* fracos, a checagem de Caso poderia ser feita após o *spell out*. Tais problemas desaparecem na proposta de Kreps.

C - Redução de possibilidades na grade temática do verbo

Adotada a proposta de que a SCs são IPs, na entrada lexical dos verbos dos tipos *consider*, *want* e *imagine* constaria IP ou CP, em vez de o verbo selecionar DP, PP, AP, IP e CP.

D - Opacidade do complemento

Na proposta de Chomsky (1986), o verbo da oração matriz seleciona a categoria da SC que é seu complemento:

(33) *Wally finds* [_{SC} *Syntax* [_{AP} *tedious*]].

Wally acha a sintaxe tediosa

Em (33), de acordo com a abordagem de *Barriers*, o verbo da oração matriz seleciona o traço categorial AP da oração SC complemento. Essa análise, no entanto, cria dificuldades quanto ao exemplo (34 a-b):

(34) a - **Wally finds* [_{AP} *tedious*]

b - **Miranda found* [_{AP} *very happy indeed*]

Em (34 a-b), o verbo *to find* seleciona SC com o traço categorial AP, mas não tem possibilidade de, dentro da SC complemento, determinar a presença do sujeito; a sentença é agramatical. Para Kreps, o problema seria resolvido pela propriedade de *to finds* selecionar IP e não AP. O fato de o verbo selecionar IP já implica que o sujeito da projeção máxima de *tedious*, em (34a), tem de estar presente, ou a sentença é agramatical.

No entanto, sentenças como (35), trariam dificuldades à proposta de Kreps, já que não seria possível ao verbo da oração matriz ter acesso à SC complemento:

(35) **I consider* [SC [PP *my friends* [PP *on the roof*]]]

Em (35), apesar de o verbo *consider*, na análise de Kreps, selecionar um IP e ter sujeito e predicado, a sentença é agramatical. Parece, à primeira vista, que a proposta de Chomsky é vantajosa: ela explica a agramaticalidade de (35) com base na propriedade do verbo *consider* não selecionar PP.

Mas o que dizer de (36)?

(36) *I consider* [PP *the team* [-PP *in fit state to play*]]

Considero a equipe em condições de jogar

Em (36), o verbo seleciona PP e ainda assim a sentença é gramatical, o que leva Kreps a sugerir que o problema é de natureza semântica, relacionando-se com as propriedades do verbo da oração e do predicado SC complemento. O autor apresenta a proposta de Hornstein & Lightfoot sobre SC complemento que têm pontos em comum com a dele próprio. Para Hornstein & Lightfoot, SCs são IPs com núcleo Io; Kreps, diferentemente deles, faz um estudo da configuração interna dessas construções, ponto que considera fundamental.

Kreps toma por base (37 a-c), e destaca, como propriedade das SCs, a ausência do verbo:

(37) a - *Wally found* [SC *syntax* [SC AP *dull*]]

Wally achou a sintaxe maçante

b - *Wally found* [*syntax to* [VP *be* [AP *dull*]]]

Wally achou a sintaxe (ser) maçante

c - *Wally found* [CP *that* [IP *syntax* [VP *was* [AP *dull*]]]]

Wally achou que a sintaxe era maçante

Pela proposta de Hornstein & Lightfoot, nas SC IPos (IPs vazios) complementos, o irmão do núcleo Io só poderia ser AP, PP ou DP. Kreps considera que tal hipótese abre precedente perigoso, qual seja sustentar que um núcleo funcional IP pode selecionar um AP, PP ou DP. Com base em (37 b-c), em que I toma um VP complemento, sugere que a projeção funcional IP domina unicamente VP, tal como DP domina NP. Sua proposta é de que sentenças IPos com núcleo Io contêm complemento VPo nucleado por Vo:

- (38) a - *I want* [IP *Nyman* Io [VP Vo [PP *in my office*]]]
 Quero Nyman em meu escritório
 b - *Wally finds* [IP *syntax* Io [Vo [AP *tedious*]]]
 Wally acha a sintaxe tediosa

Como se observa em (39 a-b), a mesma estrutura evidencia-se em IPs e IPos:

- (39) a - *Greenaway_i seems* [IP t_i Io [VP Vo [DP *a real pervert*]]]
 Greenaway parece um verdadeiro pervertido.
 b - *Greenaway_i seems* [IP t_i to[VP be [DP *a real pervert*]]]]
 Greenaway parece ser um verdadeiro pervertido

Kreps propõe que SCs complementos contêm Io vazio (o núcleo da oração) e que Vo pode ser identificado como a cópula, por alguma razão, não realizada. Como suporte dessa proposta, argumenta:

1. A estrutura interna das orações complementos dos verbos tipo *consider*, IPos, tem sempre como predicado um AP, PP ou DP. Tais categorias são também encontradas nas orações principais com o verbo de cópula:

- (40) a - *Football is boring*
 Futebol é tedioso b - **Football boring*

Em (40 a-b), a cópula não seleciona outro VP, e sim DP, PP ou AP, o que reforça a hipótese de que Vo, nas IPos é, na verdade, a cópula:

(41) a - *Does the bishop find* [_{IP} *football* I_O [_{VP} V_O [_{AP} *boring?*]]]

O bispo acha o futebol tedioso?

b - **I consider* [_{IP} *Mr Nyman* I_O [_{VP} V_O [_{VP} *buy dirty magazines*]]]

2. Os verbos de cópula são vazios de conteúdo semântico; sua presença tem como função preencher uma posição, V, obrigatória dentro do constituinte oracional.

(42) *Eddie* [_{VP} *is* [_{DP} *a psychopath*]]

Eddie é um psicopata

Kreps acredita que essa propriedade do verbo de cópula é uma das razões da possibilidade de sua omissão em alguns tempos, como acontece em línguas como russo, o hebraico ou o holandês.

3. Considerar que os IPos têm um Vo que é o verbo de cópula traz a vantagem de tornar paralelas as estruturas dos IPs não finitos e os IPos, com uma única diferença: a omissão da cópula nos IPos. O licenciamento de Co (omissão da cópula) sofre várias restrições: em inglês, por exemplo, a cópula não pode ser omitida nas orações principais. Nas orações complemento dos verbos tipo *to consider*, em que parece sempre haver uma contraparte com a cópula não finita, a operação Co nem sempre é possível:

(43) a - *I believe* [_{IP} *the contract to be void*]

Acredito ser o contrato nulo

b - **I believe* [_{IP_o} *the contract void*]

Segundo Kreps, o licenciamento dessas construções não se deve a propriedades de subcategorização, mas à associação de fatores semânticos e sintáticos:

E. Fatores sintáticos - A operação Co só é licenciada em orações subordinadas, mais especificamente orações que são argumentos internos de um verbo matriz tal como

consider ou *to prove*. Co só pode ser licenciada para IPs não-finitos cujo núcleo está vazio:

- (44) a - *I consider* [IP₀ *Mr. Nyman* Io [VP₀ Vo [DP *a genius*]]]
 Considero o Sr. Nyman um gênio
 b - **I consider* [IP *Mr Nyman to* [VP₀ Vo [DP *a genius*]]]

Em (44 b), o núcleo I está preenchido lexicalmente e Co não é autorizada. Para Kreps, a operação Co, para ser licenciada, depende dos *raising verbs* e da noção de L-marcação:

- (45) - *Mrs Hebert found* [IP₀ *Mr. Neville* [I₀ *VoJ* Io] [[VP₀ *tj* [[[AP *insufferable*]]]]]
 A Sra. Hebert achou o Sr. Neville insuportável

Então, em (45), o IP é L-marcado pelo verbo *to find*, o que autoriza o alçamento do verbo de cópula para o Io L-marcado e Co é licenciada. Se, contudo, o IP não for L-marcado, a operação não é autorizada e a sentença é agramatical.

- (46) a - *I believe*[IP *the contract to be void*]
 b- **I believe* [IP₀ *the contract void*]

Em (46 a-b), *believe* subcategoriza IP, mas não permite que IP tenha um núcleo vazio Io. Os traços seletoriais de *believe* são:

- (47) *believe*: V [DP/ CP/ IP]

Mas o que dizer dos exemplos(48 a-b)?

- (48) a - *Arnold_i seems* [IP₀ *t_i* [Io *VoJ* Io] [VP₀ *t_J* [DP *a bit of a dunce*]]]
 Arnold parece um tanto ignorante.
 b - **Arnold_i seems* [IP₀ *t_i* [I₀ *VoJ* Io] [VP₀ *t_J* [DP *an Austrian man*]]]

Em (48 a-b), a entrada lexical do verbo *to seem* indica a opção Ip_0 , como mostra (49):

(49) *seem* : V [-CP /IP₍₀₎]

Isso significa que *seems* licencia também Co. No entanto, (48b) é agramatical. Kreps alega, aí, questões de ordem semântica para o não-licenciamento de Co.

F - Questões de ordem semântica - Para Kreps, fatores semânticos têm papel na sintaxe. Ele cita o princípio da projeção, como exemplo em que a estrutura argumental do verbo determina a estrutura sintática da sentença em cada nível de representação. Sua hipótese é de que as propriedades semânticas das palavras são herdadas do léxico e passadas através das estruturas sintáticas por meio de indexação. Esses traços (*s-features*) são relevantes para a operação Co. A projeção desses traços só pode ser operada no domínio de regência do núcleo.

Os núcleos funcionais não têm *s-features*. Nas sentenças complementos de verbos do *to consider*, os IP_{os}, I_{os} e o núcleo I_{os} estão sob o domínio de regência desse verbo que percolam os *s-features* à categoria funcional por indexação.

Como o autor explica a aquisição dos *s-features* pelo verbo de cópula? Ele presume que todo material lexical em uma estrutura bem formada deve ter um *s-feature index*. Considerando que a cópula seja um núcleo funcional, precisará desses traços para associar-se ao predicado. Então, adquire os *s-features* do núcleo X_o, também por indexação. Ao ser alçada para o núcleo I_o, haverá uma interação entre os traços semânticos de I_o e V_o (cópula); se os traços combinarem, a sentença será licenciada. A interação se dá entre os traços do verbo, que subcategoriza o IP_o, e as propriedades internas do AP ou PP ou DP.

No entanto, se o verbo da oração matriz subcategoriza o IP padrão, o núcleo I será ocupado pela marca do infinitivo *to*: o verbo de cópula não é alçado, não havendo conflito de traços, e a forma *be* realiza-se foneticamente.

CAPÍTULO II

PREDICAÇÃO E EQUATIVIDADE

Este capítulo apresenta abordagens diferentes sobre a cópula. Moro defende a existência de um único *ser* predicativo. Visões opostas são as de Rothstein, Carnie e Rapoport, para os quais existem construções com *ser* equativas e predicativas, diferindo entre si, contudo, na análise dessas estruturas.

Finalmente, Nishiyama apresenta uma proposta que pretende ser universal: a de que as construções predicativas têm uma cópula PredP e uma cópula *dummy* (sem significado), ambas podendo realizar-se ou não.

1. ROTHSTEIN (1995)

a. SCs matrizes em hebraico

Primeiramente, os dados em inglês:

(1) a - *The winner *(is) a good runner*

O vencedor é um bom corredor

b - *The winner *(is) Mary*

A vencedora é Mary

Em sentenças copulares matrizes, tanto predicativas quanto de identidade, como (1a-b), a presença da cópula é obrigatória em inglês. Em mini-orações (*small clauses*, SCs), complementos de verbo do tipo *to consider* (ECM), a cópula é facultativa nas orações predicativas, mas obrigatória quando expressam identidade:

(2) a - *I consider the winner (to be) a good runner*

Eu considero o vencedor (*ser) um bom corredor

b - *I consider the winner *(to be) Mary*

Eu considero a vencedora *(ser) Mary

Rothstein assume [DP XP]_{SC} um constituinte oracional em que o DP é o sujeito do predicado XP. Para ela, há relação de equivalência de significado entre SCs e sentenças copulares, como mostram (3a-c):

- (3) a - *I consider the winner a good runner*
 Considero o vencedor um bom corredor
- b - *I consider the winner to be a good runner.*
 Considero o vencedor (ser) um bom corredor
- c - *I consider that the winner is a good runner*
 Considero que o vencedor é um bom corredor

b. Dados do hebraico

Primeiro, a cópula em hebraico não é expressa por um verbo, mas por um pronome (PRON) com marcas de gênero e número:

- (4) *Dani (hu) nexmad*
Dani masc. sing. *agradável*
 Dani é agradável

Segundo, nas orações matrizes predicativas, PRON é opcional (5a), enquanto, nas orações de identidade, é obrigatório (5b):

- (5) a - *Dani (hu) rofe*
Dani masc. sing. doutor
 Dani é médico
- b - *Dani *(hu) mar Yosef*
Dani masc. sing. Sr. Yosef
 Dani é o Sr. Yosef

Para Rothstein, o estudo da cópula em hebraico pode contribuir para o melhor entendimento das estruturas das orações inglesas que complementam o verbo *to consider*. Elas têm pontos em comum com as sentenças copulares em hebraico, como mostram (5a-b) e (2a-b)

Doron (1983), citada por Rothstein, atribui a opcionalidade do verbo de cópula nas orações predicativas ao caráter defectivo do sistema de *tense* na língua hebraica. O *tense* é especificado [\pm tense] [\pm past] . [+ tense] indica forma finita; [- tense] forma infinita; [+ past] significa passado; e [- past] futuro. Dessa forma, o presente em hebraico é não-marcado para *tense* (não tem qualquer desses traços), o que faz com que a cópula seja opcional:

- (6) a - *Dani (hu) nexmad*
Dani masc.sing. *agradável*
 Dani é agradável

As formas do presente trazem apenas traços de concordância de gênero (masculino/feminino) e de número (singular/plural); em outras palavras, PRON comporta-se em hebraico como adjetivo. Os verbos têm um espaço morfológico onde são encaixados os traços de concordância. Quando não há verbo lexical nem *tense* para forçar a realização em INFL - o que é o caso da cópula -, os traços de concordância são realizados como PRON em INFL ou são apagados.

Mas como se explica o fato de que, nas sentenças de identidade, o verbo de cópula é obrigatório?

Doron (1986,apud Rothstein 1995) dá algumas explicações tanto para opcionalidade da cópula em sentenças predicativas quanto para sua obrigatoriedade em sentenças de identidade. A primeira explicação se deve ao critério que regula a relação temática:

- Nas sentenças predicativas, o DP sujeito é θ -marcado pelo AP e a cópula pode ser facultativa (4).
- Nas sentenças de identidade, compostas de DPs referenciais que não podem teta-marcas o sujeito, como em (5b), a cópula é obrigatória.

Para Rothstein, essa hipótese é inconsistente. PRON é um núcleo funcional e a atribuição de papel temático só pode ser realizada por núcleo [\pm V \pm N]. Além disso, a proposta de que PRON, em sentenças de identidade, atribui papel- θ a seus argumentos leva à suposição de que existem dois PRON: um para sentenças de identidade e outro

que é inserido nas sentença predicativas, mas que não atribui papel- θ , hipótese que Rothstein descarta.

O terceiro argumento de Rothstein contra Doron(1986)é que, em algumas variedades de sentença de identidade, o nóculo INFL não é preenchido por PRON. A autora apresenta exemplos em que a presença de um núcleo de negação *lo* (não flexionado) na sentença ou de pronome pessoal na posição de sujeito torna opcional a inserção de PRON:

- (7) *Dani (hu) lo mar yosef*
Dani não Sr. Yosef
 Dani não é o Sr. Yosef

Se, contudo, o núcleo de negação está flexionado, a presença de PRON é agramatical:

- (8) *Dani (*hu) eyno mar Yosef*
Dani não masc. sing Sr. Yosef
 Dani não é o Sr. Yosef

Tal comportamento de PRON, opcional ou não licenciado, é um indicativo de que seu papel não pode ser o da atribuição de papel θ porque, aí, ele teria presença obrigatória.

Para Rothstein, a hipótese de que a inserção de PRON seria para não violar o critério temático não se confirma, dada a existência de sentenças gramaticais em que o predicado ou sujeito não recebem papel- θ .

Outra hipótese é que PRON seja inserido na sentença para não violar o filtro de Caso. Nas orações de identidade, há dois DPs referenciais que precisam de Caso. Mas, nas sentenças predicativas, o DP sujeito também precisa de Caso e, no entanto, a cópula é opcional. Poder-se-ia contrapor que os traços de concordância do adjetivo e PRON marcariam o DP sujeito. Mas o que dizer das sentenças predicativas preposicionais, em que não há traços de concordância nem PRON, como em (9)?

- (9) *Dani al há-gag*

Dani no telhado

Dani está no telhado

A proposta de Rothstein é que o licenciamento dessas construções não se dê em termos de critério θ ou Caso e, sim, em termos de relação de predicação.

Nas SCs, há um sujeito e um predicado. A relação de predicação é uma relação primitiva de saturação entre um predicado aberto que precisa ser saturado e um constituinte fechado que preenche esse espaço. A relação de predicação licencia o sujeito e o predicado. O predicado pode θ -marcar o sujeito, embora não haja correlação entre relação de predicação e atribuição de papel- θ . Dessa forma, SCs são internamente licenciadas pela predicação e têm a estrutura esquematizada em (10):

(10) $[[\text{Dani}]_{\text{DP}}] [\text{nexmad}]_{\text{AP}} \text{SC}$

Nas sentenças de identidade, não se pode dizer que haja predicado; o que há são dois DPs referenciais, nenhum dos quais pode ser considerado predicado. A sentença não é, portanto, licenciada pela relação de predicação. Nesse caso, PRON, que é a realização (*spell out*) dos traços de concordância em INFL, projeta um I', que é um nóculo de predicado sintático, e passa a haver uma relação de predicação entre I' e Spec IP. Assim, a sentença de identidade estrutura-se como em (11):

(11) $[\text{Dani} [\text{hu} [\text{mar Yosef}]_{\text{DP}}] \text{I}'] \text{IP}$

Em (11), a presença de PRON é obrigatória para identificar o nóculo de INFL, já que não há núcleo verbal; a sentença é constituída de dois DPs. Nesse caso, não há relação temática entre o sujeito e o predicado.

Rothstein propõe que as sentenças predicacionais com PRON (12a) tenham a representação em (12b) para DS e (12c) para SS:

- (12) a - *Dani hu nexmad*
 b- $[\text{Hu} [\text{Dani nexmad}]_{\text{SC}}] \text{I}'$
 c - $[\text{Dani} [\text{hu} [\text{t}_i \text{ nexmad}]_{\text{SC}}] \text{I}'] \text{IP}$

Em (12b), INFL seleciona uma SC e projeta I', um predicado que precisa de saturação. O sujeito da SC ocupa a posição de Spec IP, preenchendo o espaço aberto do predicado. O complemento da SC de INFL é licenciado internamente pela predicação sintática estabelecida pela presença de INFL. Para a autora, as sentenças de cópula em inglês apresentam comportamento sintático semelhante ao do hebraico. Embora em inglês não existam orações principais SCs, é possível estabelecer relação entre as sentenças-complemento de verbos do tipo *consider* (13a-b) e as orações principais SCs do hebraico (14a-b):

- (13) a - [*I consider* [_{SC} [_{DP} *the winner (to be)*]_{AP} *a good runner*]
 Eu considero o vencedor um bom corredor
 b - [*I consider* [_{DP} *the winner *(to be)*]_{DP} *Mary*]
 Eu considero a vencedora Mary

A sentença predicativa complemento do verbo *consider* (13a) corresponde à oração de cópula em (14a) e à SC em (14b):

- (14) a - [_{SC} [_{DP} *Dani*] [_{DP} [_{AP} [*hu nexmad*]]]
 b - [_{SC} [_{DP} *Dani*] [_{AP} [*nexmad*]]]

A sentença de identidade (13b), corresponde a (15b). Em hebraico, como em inglês, não são possíveis orações com SC de identidade (15a):

- (15) a - * [_{DP} [*Dani*] [_{DP} [*mar Yosef*]]]
 b - [_{DP} [*Dani*] [_{DP} [*hu mar Yosef*]]] I'

Em (13a), SC predicativa, o verbo *to be* pode ou não estar presente; o mesmo ocorre com o equivalente PRON em hebraico. Qual o papel do verbo *to be* nessas sentenças? Para Rothstein, em (13a) e (14 a-b), há relação de predicação entre o DP sujeito e o AP predicado. Em inglês, quando *to be* está presente na oração, é selecionado por *tense* (que em inglês é obrigatório em sentenças finitas e infinitas). O nódulo INFL, por

sua vez, está associado à propriedade *default* de subcategorizar [DP] ou [SC]. O verbo *to be*, semanticamente vazio, por estar associado ao INFL como suporte dos traços de *tense*, recebe dele a propriedade de selecionar [DP] ou [SC]. Nas sentenças predicativas, *to be* seleciona uma oração SC. O que não fica claro, segundo Rothstein, é o fato de a inserção de *to be* ser opcional, uma vez que é possível o licenciamento das SCs predicativas pela relação de predicação entre DP sujeito e AP predicado.

Rothstein, concordando com Moro, estabelece que sentenças predicativas são estruturas de alçamento em que o DP, θ -marcado pelo predicado da SC, é alçado para a posição sujeito para receber Caso (16). Isso porque, diferentemente dos verbos tipo *consider*, *be* não atribui Caso ao sujeito da SC e também não θ -marca a posição sujeito; daí, o alçamento obrigatório, como mostra (16):

(16) *Bill_i [is [t_i silly] SC]_{VP}*

Bill é tolo

Em (16), *Bill* recebe papel $-\theta$ do AP *silly* e Caso de INFL.

Em (13b) e (15b), repetidos aqui em (17a-b), as sentenças de identidade são constituídas de DP referencial na posição sujeito e DP referencial na posição objeto. Sendo, assim, não há relação de predicação entre os DPs:

(17) a - [*I consider* [_{DP} *the winner* *(*to be*)_{DP} *Mary*].

b - [*Dani* [*hu* [*mar Yosef*] _{DP}] *I'*]

Em (17a-b), as estruturas não são de alçamento. Em (17a), *to be* projeta VP e ele mesmo é complemento de INFL que projeta *I'*; dessa forma, cria-se uma relação de predicação em que o predicado *I'*, uma estrutura aberta, precisa de um argumento para saturação. Em hebraico, o tempo presente não é marcado; então, INFL perde *tense* e são os traços de concordância que preenchem esse nóculo. No entanto, se a sentença apresenta *tense*, como ocorria no passado com essa língua, os traços de *tense* são acoplados ao verbo de cópula.

O verbo *to be* comporta-se da mesma forma nas sentenças de identidade e nas predicativas: o argumento na posição de sujeito não recebe papel temático e o termo

pós-cópula não recebe Caso. Rothstein conclui que o verbo *to be*, tal como o equivalente em hebraico, não é ambíguo: apresenta o mesmo comportamento sintático.

Pela definição de Rothstein (1995) e Heycook (1991), para quem as quais argumentos ou são teta-marcados ou sujeitos de predicados, o DP pós-verbal em sentenças de identidade não é argumento e a falta de caso não é problema para o licenciamento da oração.

2. CARNIE (1995)

Carnie defende a proposta da existência de duas construções com a cópula *be*: uma predicativa (18a) e outra equativa (18b):

(18) a - *He is a doctor*

Ele é um/Ø médico

b - *He is the doctor*

Ele é o médico.

Para os defensores da proposta do *to be* unificado, as sentenças (18a-b), seguindo a tradição fregeana, têm a mesma estrutura, DP2 (DP1), ou seja, DP2 serve diretamente como predicado de DP1, que funciona como argumento. Carnie, no entanto, propõe que, em irlandês, (18a-b) têm estruturas diferentes, como mostram (19a-b):

(19) a - *Is dochtúir (í) Beverly Crusher*

Comp doutor (ela) Beverly Crusher

Beverly Crusher é médica

b - *Is é Jean Luc Picard an captain*

Comp (ele) Jean Luc Picard o capitão

Jean Luc Picard é o capitão

Em (19a), haveria a predicação e, portanto, predicado de um argumento; *dochtúir* predica o argumento *Beverly Crusher*. (19b) seria uma sentença equativa, com verbo nulo abstrato (COP) que atribui papel temático de atributo ao argumento interno (*an*

captain) e de atributo recipiente ao argumento externo (*Jean Luc Picard*). Eis a representação (20a-b) para as duas estruturas:

- (20) a - DP2 (DP1)
 b - COP (DP1, DP2)

O autor, trabalhando com contextos translingüísticos, faz um estudo detalhado dos predicados não-verbais¹ em irlandês. Nessa língua, assim como no espanhol e em português, existem duas formas indicativas de cópula, *Is* (ser) e *Tá* (*estar*), para o equivalente *to be* em inglês. No entanto, Carnie observa que a forma *Is* (ser) funciona mais como partícula² do que como verbo: ocupa sempre a posição de complementizador, tal como as partículas de negação, indicação de pergunta e aspecto. Para afirmar que *Is* é partícula, encontra evidências na morfologia, fonologia e, principalmente, na sintaxe. Os exemplos (19a-b), repetidos aqui como (21a-b), mostram estruturas distintas para construção com *Is* predicativo e equativo (*é* e *i* correspondem a traços de concordância)³:

- (21) a - *Is dochtúir (í) Beverly Crusher*
 Comp médico (ela) Beverly Crusher
 Beverly Crusher é médica
- b - *Is é Jean Luc Picard an captain*
 Comp (ele) Jean Luc Picard o capitão
 Jean Luc Picard é o capitão

Em (21a-b), os predicados estão sublinhados. Em (21a), exemplo de *Is* predicativo, o predicado *dochtúir* precede o sujeito *Bervely Crusher*. Os traços de concordância podem ser realizados ou não por um pronome, presente em (21a) na forma *í*, que precede e concorda em número e gênero com o sujeito. Nas construções com *Is* equativo

¹ Predicados não-verbais fazem parte de construções equivalentes às inglesas com *be*. O autor usa esse termo, alternando-o com "cópula", até mesmo quando fala de construções que não têm cópula verbal.

² "Irish has a set of pre-verbal complementizer particles.. These particles appear first in the sentence always immediately preceding the verb." (CARNIE, 1995, pp. 130)

³ Os morfemas *i* e *e* servem de suporte aos traços de concordância. Assumem a forma de pronome e concordam em gênero e número com o sujeito, equivalendo ao PRON em hebraico.

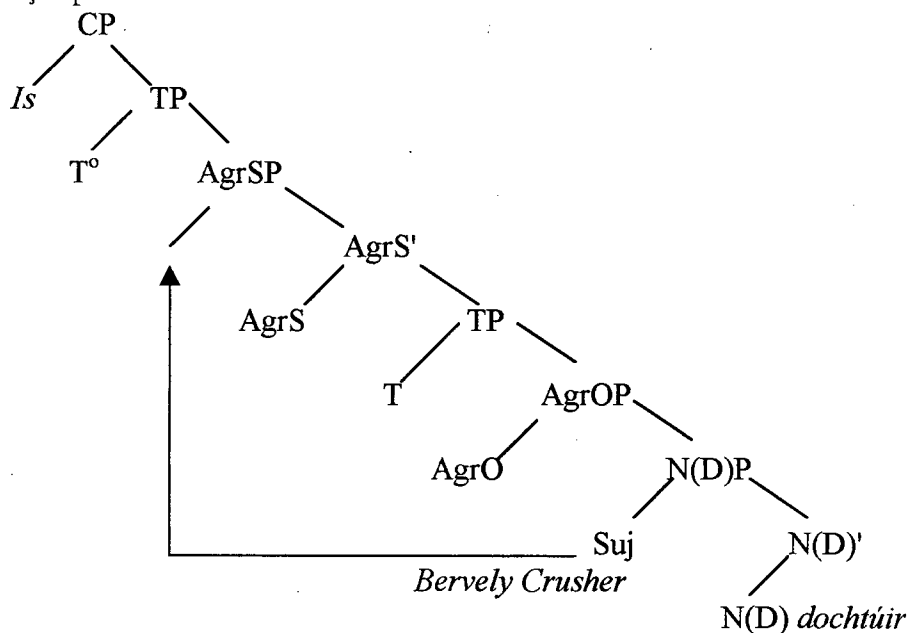
(21b), a presença de traços pronominais (\hat{e}) é obrigatória, precedendo o sujeito (*Jean Luc Picard*) que, por sua vez, precede o predicado (*an captain*).

A concordância do pronome (*í, é*) com o sujeito nas construções equativas sugere que esse morfema seria a realização fonológica dos traços de *agreement*, obrigatório na presença do COP nulo. A questão é saber por

que, em construções predicativas, sem a presença do verbo abstrato COP, o pronome é opcional. Carnie não apresenta, para isso, explicação definitiva. Argumenta que os predicados indefinidos têm morfologia de concordância que se realiza foneticamente; a presença do morfema não seria, então, necessária. Tais pronomes aparecem em outras línguas que não usam a cópula verbal, como o hebraico (PRON) e o russo (o demonstrativo *eto*)⁴.

Carnie lembra que o que diferencia as construções equativas das predicativas é o tipo de predicado. Predicados indefinidos (21a) são predicados de um lugar; têm traços flexionais e, portanto, são alçados para o complexo flexional, tal como nas construções com verbo lexical (*tensed verb*), para checar os traços flexionais (22):

(22) Sentenças predicativas

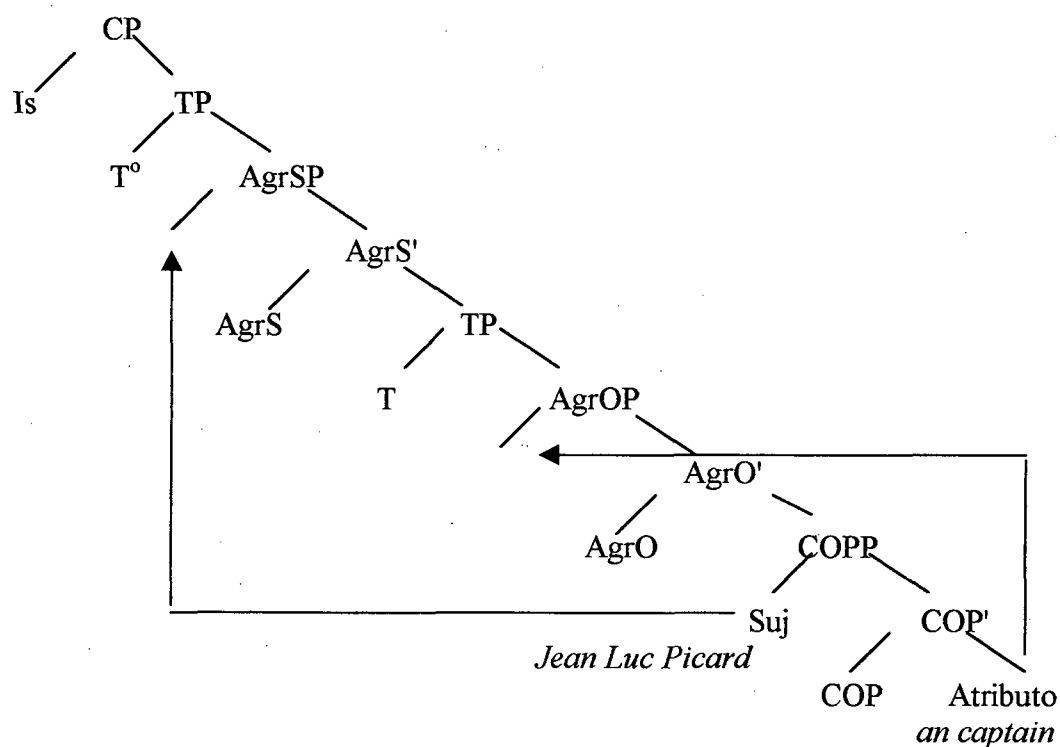


⁴ Algo semelhante ao *eis* português em construções do tipo “eis o livro”/”eis um amigo”.

Em (22), o predicado *dochtúir* é alçado, em movimentos cíclicos, para a posição de *tense* para checar os traços flexionais. O sujeito ocupa a posição Spec AgrSP para checar Caso nominativo. *Is* ocupa a posição de complementizador.

Nas construções equativas, o DP definido não é predicado e, sim, argumento de um COP nulo que conecta dois argumentos. O COP abstrato é alçado para T^0 antes do *spell out* e os DPs argumentos (*Jean Luc Picard* e *an captain*) são alçados para as respectivas posições de Caso, como mostra (23):

(23) Sentenças equativas em irlandês



Em (23), construções com *Is* equativo, é o verbo COP abstrato que é alçado para checar os traços de *tense*. O sujeito é alçado para a posição Spec AgrSP para checar Caso nominativo e o atributo para Spec AgrOP.

Em inglês, a reversibilidade dos DPs nas estruturas DP-cópula-DP depende também do tipo do predicado: a inversão só é possível com construções equativas.

(24) a - *The ensign (who fired the phasers) is the doctor*

O tenente que disparou os *fêiseres* é o médico⁵

b - *The doctor is the ensign (who fired the phasers)*

O médico é o tenente que disparou os *fêiseres*

Nas construções predicativas, ao contrário do que ocorre nas equativas, não é possível a alternância dos DPs:

(25) a - *The ensign is a doctor*

O (a) tenente é médico (a)

b - **A doctor is the ensign*

Em (25b), o DP indefinido *a doctor* funciona como predicado e atribui papel temático de atributo recipiente ao argumento externo. Como não é argumento, mas atributo recipiente, não pode, em inglês, ocupar a posição sujeito.

Carnie alega que o fato de os indefinidos funcionarem como predicados e os definidos como argumentos é consistente com as propriedades semânticas desses elementos. Os indefinidos não são expressões referenciais e como tal funcionam como predicado; já os definidos, sendo referenciais, saturam a estrutura argumental.

Segundo o autor, os DPs indefinidos pós-cópula são alçados para a mesma posição que os verbos ocupam nas sentenças finitas. A evidência para isso é a ordem dos constituintes da sentença em irlandês:

(26) Quadro da ordem dos constituintes em irlandês:

	Posições				
	Partícula + Predicado + Agreement + Sujeito + Outros				
a verbo	<i>Ni</i> neg	<i>rith</i> corre	<i>eann</i> 3s	<i>Sean</i> João	
b. predicativa	<i>Is</i> cópula	<i>platapap</i> ornitorrinco	(<i>é</i>) 3s	<i>Sean</i> João	
c equativa	<i>Is</i> é	ϕ COP	(<i>é</i>) 3s	<i>Sean</i> João	<i>an platapap</i> o ornitorrinco

⁵ *Phasers*, aqui traduzido foneticamente como *fêiseres*, é o nome dado pelos autores do seriado *Star Trek* às armas dos tripulantes da nave *Enterprise*. Carnie extrai seus exemplos desse seriado, um *cult movie*.

O quadro (26), extraído de Carnie, compara construções com verbo lexical (*rith*), (26a), com construções predicativas, (26b), e equativas, (26c). Nas primeiras, o verbo ocupa a posição de predicado e nela checa traços flexionais. Nas construções predicativas, *platap* ocupa a mesma posição de *rith*, o que, para Carnie, é evidência de que *platap* funciona como núcleo e não como argumento. Nas construções equativas, a posição de predicado é ocupada por COP nulo. Em irlandês, o elemento morfológico que expressa concordância, nas sentenças com verbos, aparece sempre depois do predicado e antes do sujeito, como em (26a). O mesmo acontece nas construções predicativas e equativas.

Carnie acredita que os predicados indefinidos, mesmo sendo XPs, também se deslocam à maneira dos núcleo. Essa proposta está de acordo com Chomsky (1995), que não estabelece distinção estrutural entre de X^0 e XP.

Para Carnie, os marcadores de sintagma (*p-markers*) não são inerentemente X^0 ou XP; serão um ou outro dependendo do seu comportamento: Se o *p-marker* comporta-se como categoria máxima, é um XP; se se comporta como núcleo, então é um X^0 .

O autor mostra que predicados nominais indefinidos são XPs que se comportam como X^0 . Em irlandês, a extração WH é permitida, sob certas circunstâncias, com predicados verbais e nominais. Se predicados nominais são X^0 , os morfemas que os constituem formam um núcleo.

A hipótese é a que, em predicados nominais, não é possível a extração de subconstituíntes. Eis um exemplo:

(27) a - *Is* [_{NP} *amhrán*_i [_{CPal} *bhuaifidh an piobaire t_i*]] (*é*) *Yellow Submarine*

C [canção [_{CP} toca tocador de gaita *t_i*]] Agr submarino amarelo

Submarino Amarelo é uma canção que o tocador de gaita de foles vai

tocar

b - **Cén Piobaire*_i [_{DP} *amhráni* [_{CPal} *bhuailfeadh sé_j t_i*]] (*é*) *Yellow Submarine*

Em (27b), não é possível a extração de *Cén piobaire* do predicado *bhuaifidh an piobaire t_i*; isso mostra que esse DP se comporta como palavra complexa de onde não é possível extração.

No entanto, nas sentenças equativas, a extração é possível, dado que o DP definido comporta-se como sintagma (XP) e não como núcleo (X°):

(28) a - *Is (é) Yellow Submarine* [_{NP} *an t-amhrán*_i [_{CP} *al bhuaifidh an piobaire t_i*]]

C AGR Submarino Amarelo [_{NP} a canção [_{CP} toca. FUT o tocador de gaita de foles *t_i*]]

Submarino Amarelo é a canção que o tocador de gaita de foles vai tocar

b - *Cén Piobaire_j ARB é Yellow Submarine* [_{NP} *an t-amhrán*_i [_{CP} *al bhuaifidh adh sé_j t_i*]]

Qual tocador de gaita de foles REL AGR Submarino Amarelo a canção
CP tocar COND ele

Qual tocador de gaita de foles é Submarino Amarelo a canção que ele ia tocar

Na verdade, a distinção entre equativas com DPs definidos e predicativas com DPs indefinidos está no tipo de movimento: se o DP acompanha o movimento do núcleo, comporta-se como X° e a sentença é predicativa. Se o DP desloca-se para a posição de especificador, comporta-se como XP e a sentença é equativa.

3. RAPOPORT (1995)

Os predicados de SC (SCP daqui em diante) que complementam verbos do tipo *to consider* apresentam restrições quanto ao efeito de definitude, como em (29a-b):

(29) a - *I consider /believe/ find/ think Jones a fool/ a friend.*

Considero/creio/acho/penso Jones é um tolo/ um amigo

b - **I consider /believe/think/Jones the fool/ the friend*

A agramaticalidade de (29b) não pode ser atribuída nem às propriedades específicas dos verbos que selecionam as SCs nem aos DPs que ocupam a posição predicado. A

A agramaticalidade de (29b) não pode ser atribuída nem às propriedades específicas dos verbos que selecionam as SCs nem aos DPs que ocupam a posição predicado. A princípio, parece que se deve à presença do determinante *the*. No entanto, (30a-b) não confirmam tal suposição:

- (30) a - *I consider Jones the man for the job*
 Considero Jones o homem para o serviço
 b - *I find Jones the class genius*
 Acho Jones o gênio da classe

Em (30a-b), o determinante *the* precede o predicado das SCs e, ainda assim, a sentença é gramatical.

Rapoport observa que DPs referenciais em sentenças equativas (DP referencial-V-DP referencial) não são permitidos em construções SCs complementos de verbos tipo *consider*, como mostra (31a-b). É o que evidenciam exemplos apresentados por Doron (1983, apud Rapoport 1995), Pollock (1983, apud Rapoport 1995) e Rothstein (1994, apud Rapoport 1995):

- (31) a - **I consider Tali that womam over there*
 b - **I find the chair of the department Anat Bem-Shalom*

No entanto, como visto acima, em (30a-b), os DPs nas SCP são referenciais e as sentenças são gramaticais. Para Rapoport, o fator não referencial (indefinido) não é suficiente para explicar a agramaticalidade das SCs:

- (32) a - **I believe Jones a certain friend of mine.*
 b - **I think Smith a particular genius in our departament.*

Apesar de os DPs em (32a-b) estarem precedidos de artigo indefinido, as sentenças são agramaticais. Para Rapoport, a agramaticalidade de (29b), (31a-b) e (32a-b) não tem relação com a referencialidade ou o caráter de definitude desses DPs. Aí o problema é de especificidade.

Em (29b) e (31a-b), os DPs na posição SCP são referenciais e específicos. Pela mesma razão, os DPs em (32a-b) são agramaticais: nesses exemplos, os DPs, embora indefinidos, são específicos.

Rapoport propõe, então, que só DPs não-específicos podem ocupar a posição de predicado das SCs. Para abordar o fenômeno da especificidade, apresenta duas propostas: a da referência do falante (Partee (1972, apud Rapoport 1995)) e a da referência do discurso (Enç (1991) e Reuland (1998), apud Rapoport 1995).

A referência do falante - ou semi-referência, como Partee sugere - é aquela em que falante e ouvinte têm referências distintas para o mesmo objeto, como, por exemplo, em (33):

- (33) *I am writing a paper*
Estou escrevendo um trabalho

Em (33), o DP *a paper* pode não ter o mesmo referencial para o falante e o ouvinte, ele é específico apenas para o falante, portanto não é referencial. Se, ao contrário, o DP estiver determinado como em (34), tanto falante quanto ouvinte terão em mente a mesma referência individual (*the same individual*). Em (34), o DP é referencial:

- (34) *I am writing the paper*
Estou escrevendo o trabalho

Rapoport entende que todo DP é potencialmente específico ou não-específico. Partee propõe que a distinção específico/não-específico para os indefinidos seja equivalente à distinção referencial/atributivo para os definidos.

Rapoport não concorda com a afirmação de que todo DP específico seja referencial (como visto acima). No entanto, concorda quanto aos atributivos serem não-específicos:

- (35) a - *I am writing a paper*
b - **I believe Jones a certain friends of mine*
c - *I find Smith the class genius*

Em (35a), o DP *a paper* é indefinido não-específico. Em (35b), *a certain friend of mine* é indefinido e específico; como aos DPs específicos não é permitido ocupar a posição de predicado nas SCs, a sentença é agramatical. Em (35c), o DP *the class genius* é atributivo, portanto não específico, e a sentença converge.

Na visão de Enç (1991, *apud* Rapoport 1995), o referente de um DP específico está ligado a um referente previamente estabelecido no discurso:

(36) *A bunch of kids are in the garden. I know two of them*

Um grupo de garotos está no jardim. Conheço dois deles

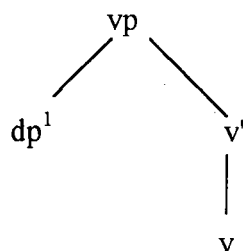
O DP *them* tem o mesmo referente que o DP *a bunch of kids*; é referencial. Para Enç, o DP referencial é específico. O autora relaciona a impossibilidade de elementos quantificadores e partitivos ocorrerem nas SCP à hipótese de que só DPs não-específicos podem ocorrer nessa posição: quantificadores e partitivos têm leitura específica.

Rapoport estabelece um critério de distinção para constituintes que ocorrem na posição de objeto direto. Segundo ela, só DPs específicos são verdadeiros argumentos do verbo; DPs não-específicos são modificadores. Essa diferença em função corresponde a uma distinção em licenciamento, em posição estrutural e em interpretação.

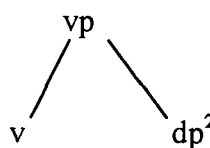
Argumentos e modificadores ocupam posições distintas em DS: a do argumento é a de especificador de VP (posição mais alta na árvore) e os modificadores ficam abaixo, na posição irmã de V (*V-sister*). Modificadores e V' formam um complexo predicador e atribuem papel temático ao argumento externo. Modificadores não necessitam de Caso. O argumento interno recebe papel temático de V' e Caso de AGRo.

Rapoport apresenta a estrutura lexical subjacente ao verbo/objeto específico e à construção verbo/objeto não-específico. Essas árvores são propostas para o léxico, a partir das quais serão derivadas as árvores da sintaxe:

(37) a - Verbo/objeto específico



b - Verbo/objeto não-específico



Em (37), dp^1 é a posição da qual são projetados objetos quando são argumentos específicos; e dp^2 (*v-sister*) é a posição da qual são projetados objetos quando são argumentos não-específicos.

- (38) a - *I broke the dish*
 Quebrei o prato
 b - *I broke a certain dish*
 Quebrei determinado prato
 c - *I broke dishes*
 Quebrei pratos
 d - *I broke a dish*
 Quebrei um prato
- } Verbo/objeto específico (37a)
 } Verbo/objeto não-específico (37b)

A árvore (37a) é a estrutura subjacente às sentenças (38a-b), em que os objetos diretos específicos *a certain dish* e *the dish* ocupam a posição np^1 . A árvore (37b) é a estrutura subjacente a (38c-d), em que um VP contém os objetos não-específicos *a dish* e *dishes* na posição *V-sister* np^2 .

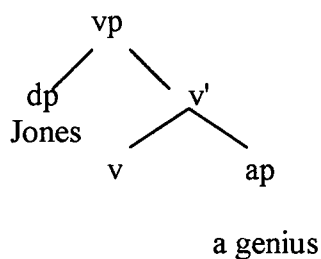
Segundo Rapoport, a posição *V-sister* tem sido preenchida não apenas por argumento do verbo, mas por advérbios, locativos PPs e infinitivos, SCP, objetos indiretos, infinitivos complementos de verbos de controle, predicados secundários etc. Considerando que as SCPs só são permitidas em posições não-específicas, serão forçosamente modificadoras do verbo e não argumentos. SCPs preenchem posições *V-sister* e, junto com o verbo, formam predicados complexos V' :

- (39) a - *Smith considers Jones a genius*
 b- [v' [v *considers*]] [dp *a genius*]

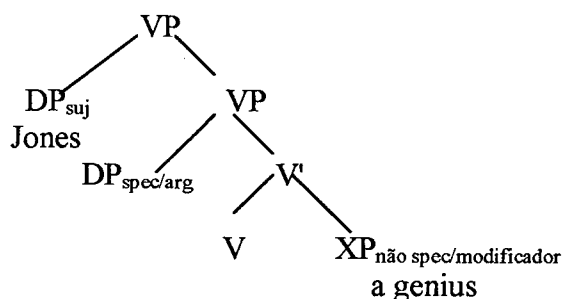
Em (39), *consider* não é a completa descrição do estado; para completá-la, é necessário agregar ao verbo a SCP:

(40)

a - estrutura lexical



b - estrutura sintática



A SCP, *a genius*, (40b), é projetada da posição de complemento da estrutura lexical subjacente (ap) (40a) para a posição de modificador na SS (40b). O sujeito, *Jones* (40b), é projetado da estrutura lexical subjacente - posição dp em (40a) -, para a posição sintática - DP argumento (40b).

SCPs e objetos não-específicos são projetados da mesma posição da estrutura lexical subjacente, ap/dp², para a posição sintática. A restrição às SCs quanto à especificidade decorre das posições que ocupam nas estruturas lexical e sintática - posições essas que só podem ser ocupadas por DPs não-específicos.

4. NISHIYAMA (1997)

O texto apresenta quatro hipóteses sobre a estrutura sintática das sentenças copulares predicativas.

I - A cópula é o suporte para os traços de Agr e [I - past]

Dados em inglês:

(41) a - *I consider [Xeli a nut]*

Considero Xeli maluco

b - *Xeli *(is) a nut*

Xeli é maluco

Em (41a), há uma relação de predicação entre *Xeli* e a *nut*. A ausência da cópula em (41a) sugere que ela não é necessária para a predicação. Em (41b), *is* é um suporte de *tense*. Mas o que dizer da presença inesperada de *be* em (42b)?

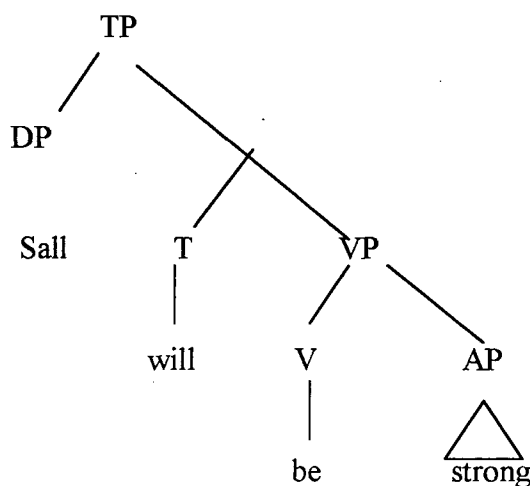
II - A cópula é um verbo sem significado (*dummy*)

Os dados em (42a-b) contrariam a hipótese I:

- (42) a - *Sall was strong*
 Sall era vigoroso
 b - *Sall will be strong*
 Sall será vigoroso

Em (42b), o auxiliar modal *will* já contém os traços de *tense*. Os dados sugerem que em (42b), uma cópula *dummy* é quem projeta seu próprio núcleo, como está representado em (43):

(43)



III - A cópula como predicado

Se há uma predicação, então há projeção PredP. Nesse caso, a cópula tem algum significado. Nos exemplos do japonês (44a-b), os verbos *sita* e *nutta* (*fez* e *pintou*) são

suportes de *tense* e, ainda assim, a cópula *ni* é obrigatória, razão pela qual se afirma que a cópula tem papel semântico:

- (44) a - *John-ga Bill-o siawase ni sita*
 NOM ACC feliz COP fez
 John fez Bill feliz
- b - *Jonh-ga kabe-o makka ni mutta*
 John NOM muro ACC de vermelho COP pintou
 John pintou o muro de vermelho

IV - A cópula submersa (*layered*)

A hipótese é de que há dois verbos de cópula, distintos morfologicamente. Em japonês, de fato, o estudo da classe dos adjetivos mostra que há dois tipos de cópula: um semanticamente vazio, que projeta VP, e outro, com conteúdo, que projeta PredP.

Uma classe de adjetivos NAs⁶ (*sizuka*, calmo, *kiree*, interessante) não apresenta flexiona, mas seleciona um verbo de cópula, que flexiona. Considerando que toda sentença tem um núcleo que se flexiona, no predicado (NAs + cópula) a cópula é o núcleo do predicado:

- (45) a - *Yoru-ga sizuka da*
 noite NOM calma COP PRES
 A noite é/está calma
- b - *Hon-ga kiree da*
 livro NOM interessante COP PRES
 O livro é/está interessante

Em (45a-b), a cópula *da* é o núcleo do predicado. Existem evidências em japonês para supor que *da* é a forma contrata de *de aru* e a distribuição das variantes leva a crer que na verdade *de* é a cópula predicativa e *aru* a cópula *dummy* (46 a-b):

⁶ NAs são chamados, na gramática tradicional japonesa, de *keeyoo-doosi* (verbos adjetivais). CAs é a denominação de Nishiyama para os adjetivos canônicos.

(46) a - *Yoru-ga sizuka da*
 Noite NOM calma COP PRES
 A noite é/está calma

b- *Yoru-ga sizuka de ar-u*
 Noite NOM calma COP GERÚNDIO VERBO DUMMY PRES
 A noite é calma

Em alguns contextos, a forma contrata *da* não é possível; usa-se, então, *de aru*. Os dados em (47-b) mostram que a contração não se realiza quando alguma partícula intervéem entre *de* e *aru*. Isso sugere que é necessária adjacência para que a contração se efetue e permite concluir que *de aru* é a forma básica e *da* a forma variante:

(47) a - *Yoru-ga sizuka de -mo ar-u*
 A noite calma COP GERÚNDIO mesmo VERBO DUMMY PRES
 A noite está mesmo calma

b - **Yoru-ga sizuka da-mo (aru)*

Para Nishiyama, existe em japonês realização aberta da cópula predicativa, *de*; *ar* é uma cópula *dummy* que serve de suporte a um afixo, e *u*, a marca temporal. Os dados em (48a-b) mostram que *de*, a cópula predicativa, é essencial para a predicação, enquanto *aru* é vazio de significado:

(48) a - *Sizuka de ii*
 Calmo COP bom
 Estar/ser calmo é bom

b - **Sizuka atte ii*

Nishiyama propõe que SCs selecionadas pela cópula (41a) são da categoria PredP. Em japonês há realização fonética da cópula, enquanto em outras línguas, como o inglês e o hebraico, o predP não tem realização aberta. Mas qual seria a função da cópula

dummy? Os adjetivos CAs, (*taka*, alto, *hiro*, largo) parecem não selecionar a cópula, ao contrário dos NAs, quando a sentença está no presente, como em (49a-b):

- (49) a - *Yama-ga taka-i*
 Montanha NOM alta PRES
 A montanha é alta
- b - *Yoru-ga sizuka da*
 Noite NOM calma COP PRES
 A noite é calma

Em (49b), exemplo com adjetivo NAs, a cópula *da*, forma contrata de *de aru*, está presente, enquanto, em (49a), exemplo de adjetivos CAs, a cópula está ausente. No entanto, se a mesma sentença (49a) é construída no passado, como em (50a), ou se há leitura de foco do adjetivo (CAs), como em (50b), a presença da cópula é obrigatória:

- (50) a - *Yama-ga taka -k- at-ta*
 Montanha NOM alta PRED COP COP DUMMY PAS
 A montanha era alta
- b - *Yama-ga taka-ku-mo aru*
 Montanha NOM alta mesmo COP DUMMY PRES
 A montanha é mesmo alta

Em (50a-b), /k/ e /ku/ são consideradas formas variantes da cópula *de*.

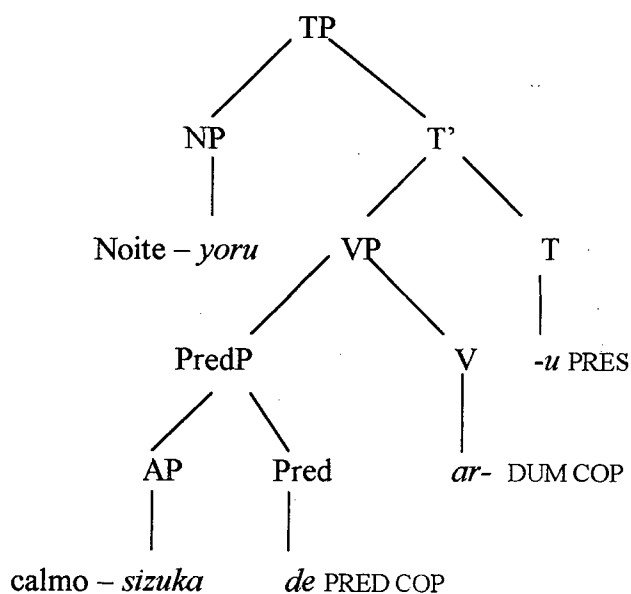
Por que, no presente, não há projeção da cópula predP nem da cópula *dummy*? Em (49a), pode-se supor que *taka-i* tem uma forma subjacente *taka-k-i*, em que o *k* foi apagado. Nesse caso, *k* seria a forma variante de *de*. No entanto, a cópula *dummy* /ar/ não existe no presente com os adjetivos canônicos. Nishiyama apresenta algumas possíveis explicações para o fato:

- (a) O tense morfológico c-seleciona o verbo, mas o tense não-morfológico não c-seleciona o verbo. No entanto, (a) apresenta alguns problemas quando aplicado quer a casos particulares em japonês, quer ao inglês. Não fica claro o que se quer dizer

com a palavra *morfológico*. Se *morfológico* tem o significado de *realizado foneticamente*, o morfema *i* (marcador do tempo presente dos CAs, adjetivos canônicos) não seleciona a cópula *dummy*, suporte de *tense*, em (49a), como seria de se esperar. Por outro lado, não há como determinar, na forma *is*, em inglês, qual o morfema que realiza a categoria *tense*. O que se sabe é que o verbo *to be*, quando porta *tense* e concordância, se realiza como *am, are, is* etc.

- (b) Se um afixo tem traço VS, seleciona ou é apoiado por um verbo. Não se deve confundir o traço VS com o traço de especificação de *tense*, afixo ou traço fonológico. O traço VS é um traço único que, quando presente no afixo *tense*, seleciona a cópula *dummy*, tal como se representa em (51):

(51)



(51) mostra que sentenças com adjetivos NAs selecionam a cópula predicativa *de*. Como, em japonês, o *tense* presente tem o traço VS, a cópula *dummy* *ar-* é selecionada como suporte dos traços de VS. O morfema *-u* é o traço de *tense* presente.

Em inglês, o *tense* uniformemente tem o traço VS; logo, o verbo *to be* é selecionado no presente. Já em hebraico, o *tense*, no presente, não tem o traço VS e, portanto, não seleciona o verbo.

Com base na hipótese da existência de umacópula predP nula ou realizada e dos traços de [\pm VS], Nishiyama apresenta quatro classes de sentenças copulares:

- a) Cópula predicativa realizada [+ VS]: sentenças no passado com adjetivos CAs. Exemplo em japonês:

(52) *Yama-ga* *taka* *-k* *-a* *-ta*
 Montanha NOM alta PRED COP COP *dummy* PASSADO
 A montanha era alta

- b) Cópula predicativa realizada [-VS]: sentenças no presente com adjetivos CAs. Exemplo ainda em japonês⁷:

(53) *Yama-ga* *taka* *-i*
 Montanha NOM alta PRES
 A montanha é alta

- c) Cópula predicativa nula [+VS]. Exemplo em inglês:

(54) *Sal* \emptyset *is* *strong*
 Sal NOM PRED COP COP DUMMY forte
 Sal é forte

- d) Cópula predicativa nula [-VS]. Exemplo em hebraico:

(55) *Dani* \emptyset \emptyset *more*
 Dani NOM PRED COP COP DUMMY professor
 Dani é professor

5. MORO (1995)

⁷ Embora a cópula predicativa /k/ não apareça entre /taka/ e /i/, ela está presente na estrutura subjacente, sendo, depois, apagada, segundo a explicação de Nishiyama.

A denominação *SC* se estende a diversos contextos como os de (56a-d):

(56) a - Construção com duplo objeto

John gave [_{SC} *Mary a book*] (Kayne (1986))

John deu a Mary um livro

b - Contextos de alçamento do verbo

John is [_{SC} *a fool*] (Stowell (1983), Burzio (1986), Williams (1980))

John é tolo

c - Sentenças existenciais

There is [_{SC} *a fool in the garden*] (Williams (1980), Chomsky (1981))

Há um tolo no jardim d - Construções com adjunto

John left the room [_{SC} ^{PRO} *angry*] (Williams (1980), Chomsky (1981))

John deixou o aposento enfurecido

Em (56a-d), tem sido proposto que há relação de predicação entre o DP sujeito e o AP, PP, DP predicado. A pergunta de Moro é se é legítimo dizer isso – que há relação de predicação – em tipos tão diferentes de SCs quanto esses.

Outro problema apresentado por Moro é o das várias interpretações que são dadas à relação de predicação. Para Rothstein, por exemplo, relação de predicação é definida como um tipo de saturação, nos termos de Frege (1978). Para Napoli (1989, apud Moro 1995), e Chomsky (1986, apud Moro 1995), pode ser reduzida a um tipo de atribuição de papel- θ . Nas orações plenas, a relação estrutural se dá entre o sujeito e o predicado, mediada pelo sistema flexional dos verbos.

Moro presume que, qualquer que seja o critério, que há relação de predicação nas SCs e, a partir daí, coloca algumas questões, que propiciam maior conhecimento da estrutura das SCs predicativas. São elas:

A - O papel do sujeito e do predicado nas SCs deriva dos tipos de categoria lexical envolvidos?

- B - A distribuição do sujeito e do predicado nas SCs depende somente das categorias lexicais que desempenham esses papéis?
- C - A relação predicativa dentro da SC depende da interação de módulos da gramática?

Respondendo à pergunta (A), Moro parte dos exemplos (57a-b) para comprovar que há uma relação de predicação, mas que tal relação não deriva das propriedades lexicais dos constituintes:

(57) a - [DP *John* is [DP *the cause of the riot*]

John é a causa da revolta

b - *I consider* [PP *John* [DP *the cause of the riot*]

Considero John a causa da revolta

c - *I consider the cause of the riot the worst event I have ever studied*

Considero a causa do tumulto o pior evento que já estudei

Em (57a), o DP *John* na posição Spec IP e o DP pós-cópula têm a mesma relação de predicação dos DPs *John* e *the cause of the riot* em (57b). O DP *the cause of the riot* poderia estar na posição sujeito como (57c). Os termos que entram em relação de predicação (57a-b) pertencem à mesma categoria gramatical. A resposta à questão A é, portanto, que o papel do sujeito e do predicado não podem ser derivados do tipos de categorias lexicais envolvidos.

Contudo, diferentemente das orações plenas em que V^0 é o núcleo do predicado e determina qual DP ocupará a posição sujeito ou objeto, nas SCs não é possível dizer que posição os DPs ocuparão na sentença. A distribuição desses DPs não é livre; sofre limitações como a de que, em inglês, o sujeito sempre precede o predicado, sob pena de a sentença ser agramatical, como mostra (58b). A dependência não é, pois, apenas das categorias lexicais; existem outros imperativos, o que responde à questão B:

(58) a - *I consider* [SC [DP *John*] [DP *the cause of the riot*]]

b - * *I consider* [SC [DP *the cause of riot*] [DP *John*]]

Moro, inicialmente (1988), tinha proposto que a relação de concordância nas SCs era mediada por AGR⁰. Mais recentemente, apresenta contra-exemplos à proposta anterior e, a partir deles (casos em que os DPs constituintes da SC não concordam), chega à conclusão de que não é possível considerar a concordância como dado suficiente para estabelecer a relação de predicação. O autor apresenta dados em italiano, idioma que, ao contrário do inglês, possui um sistema flexional rico:

(59) *Gianni ritiene* [SC [DP *questi libri*] [DP *la causa della rivolta*]]

João considera estes livros a causa da revolta

Considerando que SCs são projeções AGR⁰, seria de esperar a concordância dos traços de número entre o DP sujeito e o DP predicado; tal não acontece e a sentença é gramatical.

No entanto, em outro contexto, como em (60a), os DPs sujeito e predicado concordam:

(60) a - *Gianni ritiene* [SC [DP *queste ragazze*] [DP *le sue migliori amiche*]]

João considera estas moças as suas melhores amigas

b - **Gianni ritiene* [SC[DP *queste ragazze*] [DP *la sua migliore amica*]]

Em (60a), o DP sujeito da SC *queste ragazze* está no plural e concorda com o DP predicado *le sue migliori amichei*. Em (60b), ao contrário, o DP predicado *la sua migliore amica* está no singular: não concorda com o DP sujeito e a sentença é agramatical.

Moro também apresenta contra-exemplos à hipótese de que a relação de predicação é temática:

(61) a - *John destroyed* [DP [DP *his*] +_{agent} *pictures of* [DP *Mary*] +_{patient}]

João destruiu seus retratos de Mary

b - *John considers* [SC [DP *these*] [DP [DP *his*] +_{agent} *best pictures of* [DP *Mary*] +_{patient}]]

John considera estes seus melhores retratos de Mary

Em (61a), *pictures* atribui papel temático de agente a *his* e papel temático de paciente ao DP *Mary*. Em (61b), o DP núcleado por *pictures* ocorre em uma estrutura de SC e nenhum dos dois papéis temáticos, de agente e paciente, está disponível para o DP sujeito da SC, *these*.

Entre outros testes, o mostrado acima é conclusivo para a hipótese de Moro de que o sujeito da predicação não necessariamente recebe papel temático do núcleo do predicado. A relação se estabelece em termos de ordem: o sujeito precede o predicado.

Como resposta à questão C, Moro conclui que relação de predicação não depende da interação dos módulos da gramática de Caso e papel temático. Analisa a hipótese da presença de um núcleo predicativo nulo nas SCs predicativas. Como suporte dessa hipótese, apresenta os exemplos (62 a-b):

- (62) a - *I consider [John the cause of the riot]*
 b - *I consider [John as the cause of the riot]*
 Considero John como a causa da revolta

Como as sentenças (62a-b) são sinônimas, surge a hipótese de que *as* seja um marcador predicativo. No entanto, (63a-b) deixa clara a inconsistência dessa hipótese:

- (63) a - *I consider [the cause of the riot to be John]*
 Considero a causa da revolta ser John
 b - **I consider [the cause of the riot as John]*

Se *as* seleciona SC como faz *be*, por que *as* não permite o alçamento do DP predicativo como é permitido na SC com cópula?

Um pressuposto da teoria da sintaxe é que a concordância do verbo com o sujeito é estabelecida na relação especificador-núcleo. Em (63), Moro apresenta a estrutura D da sentença que seleciona SC.

- (64) *be* [_{SC} DP₁ DP₂]

De acordo com a proposta de Moro, o DP sujeito ou o DP predicativo podem ser alçados para a posição de Spec IP:

- (65) a - DP1 *be*...(sentença canônica: o sujeito é alçado)
 b - DP2 *be*...(sentença inversa: o predicado é alçado)

Considerando (65a-b) como a estrutura das sentenças com cópula, o que se pretende saber agora é como se estabelece a concordância entre verbo e os DPs alçados nas sentenças canônicas e inversas.

Como mostram os exemplos (66a-b), os DPs preservam os traços de número e determinam a concordância com o verbo. Em inglês, a concordância, tanto na forma canônica quanto na inversa, realiza-se na relação especificador-núcleo:

- (66) a - [*John and Mary*] are [t *the cause of the riot*]
 John e Mary são a causa da revolta.
 b - [*The cause of the riot*] is [*John and Mary* t]
 A causa da revolta é John e Mary.

Em (66a-b), os exemplos traduzidos do inglês (66a-b) para o italiano apresentam comportamentos diferentes quanto à concordância:

- (67) a - *Gianni e Maria sono* [t *la causa de la rivolta*] (canônica)
 b - *La causa della rivolta sono* [*Gianni e Maria*] (inversa)

Em (67a), a cópula concorda com o DP *Gianni e Maria* na relação Spec-núcleo. Em (67b), ao contrário, parece não ocorrer na relação Spec-núcleo; a concordância é com o sujeito na posição pós-verbal. Dados do italiano, em construções com o verbo de cópula como em (68), servem de suporte para uma análise esclarecedora:

- (68) pro *Sono Gianni e Maria*
 São João e Maria

Em (68), *pro* ocupa a posição Spec IP (*propredicativo pro*⁸) e copia os traços do sujeito *Gianni e Maria*. Dessa forma, o verbo concorda com *pro* no plural. Em (67b), reapresentado em (69), *pro* ocupa a posição sujeito, Spec IP, copia os traços do sujeito *Gianni e Maria* e concorda com o verbo no plural. O DP *la causa de la rivolta* é adjunto de IP

- (69) [IP [DP *La causa della rivolta*] [IP *pro*_i *sono* [SC [NP *Gianni e Maria*] t_i]]]
A causa da revolta são João e Maria

Moro explica as formas diferentes de concordância com verbo de cópula nas sentenças canônicas e inversas como questão de parâmetro:

- (70) “Se *pro* pode ser licenciado em sentenças copulares inversas, então ele deve ser licenciado”

A visão clássica de *pro*, no entanto, apresenta propriedades distintas de (70):

- (71) a - *pro corre*
b- *Gianni corre.*

Em (71a), o *pro* pode ser substituído pelo DP sujeito *Gianni*; *pro* é um elemento opcional. Ao contrário, em (68) e (69), *pro* é obrigatório.

Para Moro, é implausível para uma teoria considerar que a presença de *pro* na posição Spec de IP só seja obrigatória nas sentenças predicativas inversas. Então, o autor redefine (70) em (72):

- (72) – “Se *pro* pode ser licenciado, então deve ser licenciado”

⁸ Propredicativo *pro* não é um expletivo porque a mesma sentença, sem ele e com alçamento do DP lexical, seria agramatical: **Gianni e Maria sono*, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com

(i) *pro Telefonano Gianni e Maria*,
caso de inversão do sujeito, em que *pro* é expletivo.

(72) generaliza a presença de *pro* na posição de Spec de IP para todas as sentenças do italiano. Assim, em sentenças como *Gianni corre*, *Gianni* ocupa a posição que antecede Spec IP, enquanto a posição sujeito está preenchida por *pro*.

(70) e (72) são conclusivos no que diz respeito ao papel da concordância na relação de predicação: a concordância se dá sempre na relação especificador-núcleo.

6. MORO (1997)

A proposta de Moro, para a cópula, em línguas como o inglês e italiano, é que só existem sentenças predicativas. Para Moro, a reversibilidade dos DPs em (73) é mera ilusão, porque não há distinção subjacente entre equativas e predicativas com a estrutura DP-cópula-DP. Para ele, o que há é assimetria dos DPs frente à extração:

- (73) a - [_{DP} *A picture of the wall*] *was* [_{DP} *the cause of the riot*] canônica
 [_{DP} *Uma foto do muro*] foi [_{DP} *a causa da revolta*]
 b - [_{DP} *The cause of the riot*] *was* [_{DP} *a picture of the riot*] inversa
 [_{DP} *A causa da revolta*] foi [_{DP} *uma foto do muro*]

Em (73a), que Moro nomeia como sentenças canônicas (onde o sujeito está em posição pré-cópula), é possível a extração de parte do DP na posição pós-verbal, enquanto em (73b), exemplo de sentenças inversas (onde o predicado está na posição pré-verbal), isso não é possível:

- (74) a - [*Which riot*]_I *was*_J [_{DP} *a picture of the wall*] _{t_J} [_{DP} *the cause of t_I*]?
 De que revolta foi a foto do muro a causa?
 b - * [*Which wall*]_I *was*_J [_{DP} *a picture of t_I*] _{t_J} [_{DP} *the cause of the riot*] ?

A assimetria em (74a-b) – sentença canônica –, dá-se pelo fato de não ser permitida a extração de dentro da posição de sujeito em face da subjacência. No entanto, aplicados os testes de extração em (73b) – sentença inversa para Moro –, a extração não é

possível nem da posição sujeito nem da posição predicado, como mostram (75a-b), em que se projeta a extração, sucessivamente, de dentro ambas as posições⁹:

- (75) a - **[Which riot]_I was_J [the cause of t_I] t_J [DP a picture of the wall] ?*
 b - **[Which wall]_I was [the cause of the riot] t_J [DP a picture of t_I] ?*

Ao se observar o comportamento sintático de (75a-b), sentenças inversas, frente à extração, tanto (75a) quanto (75b) sofrem restrições. Em (75a), a extração não é possível pelo que se denominou na literatura gerativa de assimetria sujeito-objeto. No entanto, o que não é previsível é o fato de não se poder extrair o DP de dentro da posição de objeto em (75b), já que não há restrição quanto a esse tipo de extração. Pelo menos, esse é o comportamento das sentenças com a estrutura DP-verbo-DP, mostradas em (76a):

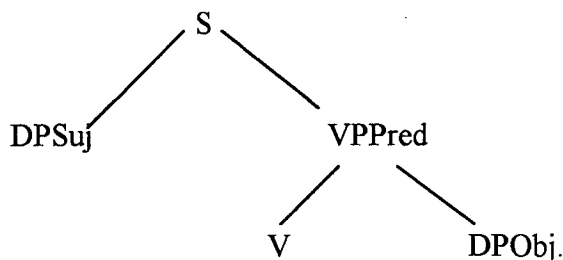
- (76) a - *[DP A picture of the wall] revealed [DP the cause of the riot]*
 Uma foto do muro revelou a causa da revolta
 b - **[Which wall]_i did [DP a picture of t_i] reveal [DP the cause of the riot]?*
 c - *[Which riot]_i did [DP a picture of the wall] reveal [DP the cause of t_i]?*
 De que revolta uma foto da parede revelou a causa?

Moro situa o DP sujeito na posição Spec IP; nas sentenças inversas, o DP predicado ocupa a posição sujeito. Heycock, (1998:2) tomando por base (DONELLAN, 1996) e (FRANK, 1992), afirma que “ a construção inversa caracteriza-se pela posição pré-verbal de um DP atributivo, e posição pós-verbal de um DP referencial.”

Na sentença (76b), a extração não é possível da posição pré verbal (*left branch*), mas é possível da posição objeto, o que está conforme a representação (77):

⁹ Carnie (1993, 1995) registra em sua análise das sentenças de Moro: “I would like to point at this stage that not all English speakers agree on these judgments. I and a number of native speakers I have talked to only consider (74b) to be questionable rather than ungrammatical. Speakers seem to vary wildly with respect to their judgements on these sentences. In an informal poll of 5 linguists no one was able to agree on what was grammatical and what was not. I will adopt Moro and Heycock’s judgements on these kinds of sentences. I do so, however, only for the sake of consistency with established literature and only under protest.” (1993, pag , 1995, pag236) Heycock (1998), de sua parte, limita a possibilidade de extração a sentenças equativas: “In other words, contra Moro, a predicative postcopular noun phrase can be freely extracted out of a small clause even when the subject has raised. Extraction is impossible if and only if the extracted expression is interpreted referentially rather than predicatively, that is, if and only if the sentence is equative.” (1998, pag14)

(77) Assimetria sujeito-objeto



O DP pós-verbal em (77) ocupa posição privilegiada se comparada com a contraparte pré-verbal, no que se refere a extrações: o movimento é sempre possível se envolve o DP como um todo ou parte dele.

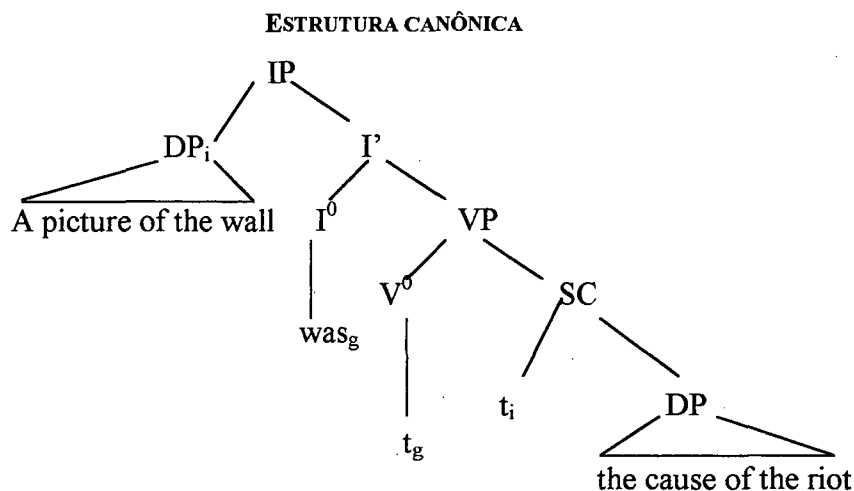
Seriam então as sentenças copulares exceção a essa regra? Não se pode dizer que sim, porque, nas sentenças copulares canônicas, é possível a extração do DP em posição pós-cópula, mantendo-se a assimetria. No entanto, não há como explicar o comportamento anômalo das sentenças inversas, se atribuirmos à cópula a estrutura de um verbo lexical que seleciona dois argumentos como em (77).

Face ao problema, a solução de Moro é conceber para sentenças copulares estrutura de SC, como em (78):

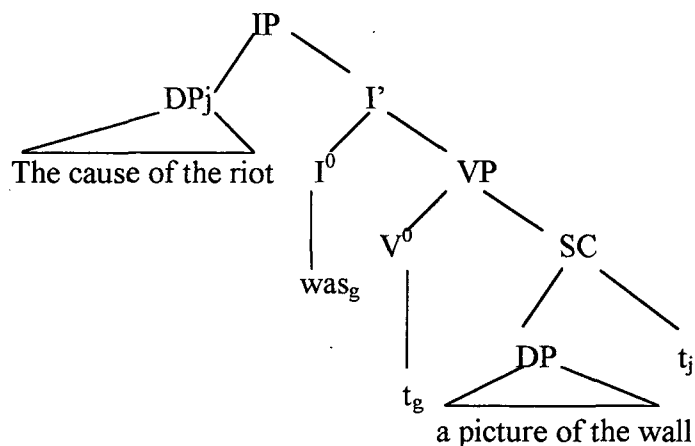
(78) CÓPULA [SC [DP₁ *a picture of the wall*] [DP₂ the cause of the riot]]

(78) corresponde à representação (79) em árvore (sentenças canônicas e inversas):

(79) a



b.



Em (79b), ao ser alçado o DP predicado *the cause of the riot* para a posição Spec IP, o DP sujeito da SC *a picture of the wall* permanece *in situ*. Dessa forma, reconstituiu-se dentro da SC a mesma estrutura do IP das sentenças com estrutura assimétrica DP-verbo-DP, em que o sujeito ocupa a posição ramificada à esquerda da qual nenhum DP ou parte do DP pode ser extraído. A impossibilidade de extração em (79b) é explicada já que ambos os DPs ramificam à esquerda.

Essa hipótese justifica a impossibilidade de extração dos DPs de dentro da posição de sujeito e objeto em estruturas inversas, razão pela qual o autor considera as sentenças com estrutura DP-cópula-DP como predicativas. Para ele, o que existe em sentenças como (73a-b) – aqui repetido como (80a-b) – é uma relação de predicação entre sujeito e predicado, não de equatividade:

- (80) a - [DP *A picture of the wall*] was [DP *the cause of the riot*] canônica
 [DP *A foto do muro*] foi [DP *a causa da revolta*]
 b - [DP *The cause of the riot*] was [DP *a picture of the riot*] inversa

Divergências e semelhanças

A abordagem da cópula por esses autores, em diferentes línguas, tem alguns pontos em comum e algumas divergências.

Tanto em inglês quanto em português, a cópula é obrigatória nas sentenças predicativas matrizes:

- (81) a - *Paulo é médico*
 b - *Paul is a doctor*

No irlandês e hebraico, em sentenças predicativas matrizes, ao contrário de (82), a cópula é facultativa:

- (82) a - *Dani (hu) rofe*
 b - *Is dochtúir (i) Beverly Crusher*

Nas sentenças equativas matrizes, em português, inglês, hebraico e irlandês, a cópula ou pronome apresentam o mesmo comportamento sintático, isto é, sua presença é obrigatória na sentença:

- (83) a - *Paulo *(é) o médico.*
 b - *Paul *(is) the doctor*

c - *Is *(é) Paul dochtúir*

d - *Dani *(hu) mar Yosef*

Nas sentenças predicativas, complemento de verbos tipo *consider*, a cópula é facultativa em inglês. Em português, não é possível a inserção da cópula na sentença correspondente:

(84) a - *John considers Mary (to be) a good student.*

b - *João considera Maria (* ser) uma boa estudante*

Nas sentenças equativas, complemento dos verbos tipo *consider*, a cópula é menos aceita em português, como mostram (85 b-c):

(85) a - *I consider the winner *(to be) Mary.*

b - *O povo considera João o vencedor.*

? c - *O povo considera ser João o vencedor.*

Quando os NPs são extensos - e é admissível a inserção - a cópula precede os constituintes da *small clause*:

(86) - *O deputado julgou (ser) a distribuição de cargos no governo o motivo da briga.*

Outra particularidade do português frente ao inglês é a possibilidade de inverter os NPs sujeito e predicado nas sentenças equativas que complementam verbos do tipo *consider*:

(87) a - *O povo considera João o vencedor*

b - *O povo considera o vencedor João.*

Em inglês, só é possível a inversão dos NPs constituintes das *small clauses* quando o verbo *to be* está presente:

- (88) a - *John considers [a picture of the wall (to be) the cause of the riot].*
 b - *John considers [the cause of the riot *(to be) a picture of the wall].*

Em alguns pontos, as opiniões divergem:

- a) Para Moro, não existem sentenças equativas e sim predicativas canônicas e inversas, ao contrário de autores, como Rothstein, Carnie e Rapoport, que defendem a hipótese de que o verbo *to be* seleciona SCs equativas e predicativas:
- b) (b) Para uns, a relação de predicação é sintática entre dois constituintes sintáticos: um argumento e um predicado aberto que precisa de saturação. Essa hipótese traz dificuldades quanto às SCs equativas, em que os dois argumentos são referenciais, portanto não existindo relação de predicação. A solução é propor que, nas sentenças equativas, o verbo *to be* seleciona um NP e não SC (Rothstein, 1995). Carnie entende que predicação é uma exigência da LF que requer que predicados não saturados devem ser saturados. Moro (1993) defende a idéia de que relação de predicação nas SCs não tem necessariamente relação com papel temático, com Caso ou com a postulação de um núcleo funcional; não chega a dar uma definição para predicação, mas ressalta a questão da ordem dos constituintes das SCs: o sujeito deve preceder o predicado. Moro (1997), ao definir a forma lógica de sentenças existenciais, propõe que a sintaxe contém um princípio (princípio π : “predicados aplicam-se somente a variáveis em forma lógica”) que requer que um predicado não deve se aplicar diretamente a seu sujeito, mas, preferivelmente, a uma variável dentro de uma faixa de entidades denotadas pelo sujeito.

CAPÍTULO III

O VERBO SER EM PORTUGUÊS

O verbo *ser*, assim como *estar* e outros (*parecer*, *permanecer*, *ficar*) é tradicionalmente qualificado como verbo de ligação ou de cópula. Este capítulo analisa o comportamento sintático de *ser* em português. Estudam-se destacadamente a classificação do verbo *ser*; a distribuição de *ser* e *estar*; as construções DP-cópula-DP, e a natureza da relação entre os termos pré e pós-cópula nessas construções.

1. É O VERBO *SER* INACUSATIVO?

As construções transitivas têm estruturas com sujeito argumental no Caso nominativo, marcado tematicamente, e objeto, no Caso acusativo. Os verbos classificados tradicionalmente como intransitivos têm um único argumento. Podem, no entanto, ser divididos, como faz Eliseu (1984), em dois grupos:

- (a) o dos que atribuem o papel temático ao argumento externo e são, portanto, intransitivos verdadeiros; e
- (b) o dos que têm uma estrutura sem sujeito temático e com um objeto, que recebe Caso nominativo.

Os do grupo (b) seriam os inacusativos.

Os testes propostos por Eliseu para averiguar a inacusatividade não são conclusivos, mas permitem, com base em número elevado de dados, detectar grupos de verbos com comportamentos distintos classificados dentro de uma mesma classe. Dentre esses testes, destacam-se dois:

- (a) o do participio absoluto; e
- (b) o da derivação de nomes agentivos em *-or*.

A derivação do particípio absoluto só é possível para verbos que selecionam argumento interno, como é o caso das formas transitivas:

- (1) a - *Maria resolveu o problema*
 b - *Resolvido o problema...*
 c - *Resolvida a Maria...*

Em (1b), *resolvido* aparece combinado com o argumento interno selecionado pelo verbo transitivo *resolver* em (1a).

Aplicando o teste do particípio absoluto às sentenças (2a-c), constata-se que verbos do tipo de *naufragar* e de *relinchar*, dados ambos como intransitivos, comportam-se de maneira diferente: *naufragar* se comporta como os transitivos (2a), mas não *relinchar* (2b):

- (2) a - *O navio naufragou*
 a' - *Naufragado o navio*
 b - *O cavalo relinchou*
 b' - **Relinchado o cavalo*
 c - *Pedro encontrou Maria*
 c' - *Encontrada Maria*

Em (2a), o argumento que ocupa a posição sujeito (*o navio*) pode ser complemento do particípio absoluto *naufragado*. Esse comportamento é típico dos argumentos internos dos verbos transitivos, como *encontrar* em (2c). Tal não ocorre com o argumento externo *o cavalo* do verbo *relinchar*, em (2b'). Os exemplos (2a-c) sugerem que verbos do tipo de *naufragar* selecionam argumento interno e não externo e são, portanto, inacusativos.

Quanto à derivação de nomes agentivos em *-or*, existem, na classe dos intransitivos, verbos que se comportam de forma distinta: de um lado, aqueles em que a derivação é possível, salvo questões idiossincráticas próprias de processo derivacional; de outro, verbos em que é sempre impossível a derivação. Estes, não admitindo o papel temático de agente, seriam inacusativos:

* terminador	trabalhador
* chegador	nadador
* falidor	corredor
* crescedor	? relinchador
* naufragador	madrugador

Há, então, argumentos para subdividir a classe dos verbos chamados de intransitivos em *inacusativos* e *intransitivos*. No entanto, em sua listagem, Eliseu deixa de incluir o verbo *ser*:

Os verbos foram selecionados, por aplicação de testes sintáticos, a partir da listagem dos verbos portugueses fornecida por Fernandes (1940); por outro lado, foram incluídos os verbos apresentados por Raposo (1981), exceto os que este autor considera como ergativos mas revelam não admitir os testes sintáticos utilizados. Estão neste caso os seguintes verbos: *deslizar*, *estar*, *existir*, *restar*, *ser* e *sobrar*. (1984 : 106)

A hipótese de que o verbo *ser* seja um verbo inacusativo não encontra, pois, suporte nos testes de inacusatividade propostos por Eliseu.

Assim como os verbos inacusativos, *ser* não atribui Caso acusativo¹ nem papel temático à posição Spec IP. Isso leva alguns autores (por exemplo, Moro (1997, p.p. 220)) a incluí-lo nessa categoria. A maior parte da literatura gerativista, não obstante, mantém a nomeação tradicional em categoria distinta, como verbo de cópula, considerando prevacente a natureza peculiar da relação entre os termos pré e pós-verbais nas construções copulares.

Essa dubiedade de classificação está relacionada (a) com a suposição de que o verbo é o pivô da cópula, isto é, a fonte ou origem da relação descrita usualmente como cópula; (b) com diferentes visões do verbo *ser* – entre outras, a que considera que a cópula não é um núcleo lexical, mas uma categoria funcional (Frank, 1992), ou atribui à cópula a capacidade de permitir a incorporação de um núcleo funcional (Den Dikken,

¹ No entanto, existem construções como:

(i) *Eu o sou*

(ii) *João acredita que não é feliz, mas Maria acredita que ele o é.*

1993); e (c) com a suposição de que o pivô da cópula está relacionado às propriedades particulares da construção copular (Heycock, 1998).

Não há, portanto, neste ponto da pesquisa, como caracterizar o verbo *ser* quanto à inacusatividade ou mesmo saber se essa categoria é aplicável à cópula².

2. *SER E ESTAR*

Em português, os verbos *ser* e *estar* formam um par em que a distribuição depende dos contextos:

(a) em que só *ser* é admitido. É o caso em que *ser* seleciona DPs, como em (3):

(3) *Ele é o professor / *está o professor*

(b) em que só *estar* é admitido, como em (4), em que o verbo *estar* seleciona o gerúndio:

(4) *Ele está correndo.*

(c) em que ambos os verbos são admitidos (têm distribuição complementar), como em (5), em que os verbos selecionam tanto APs quanto locativos e participios:

(5) a - *Ele é doente / é de São Paulo / é convidado*

b - *Ele está doente / ele está em São Paulo / está convidado.*

Trata-se de construção desviante, uma vez que o pronome oblíquo remete ao adjetivo, que concorda com o substantivo e cujo Caso, portanto, seria nominativo. Provavelmente decorre de analogia com construções similares, com verbos transitivos.

² No entanto, a aplicabilidade da inacusatividade à cópula poderia ser demonstrada, à semelhança do que fazem LOPES, MIOTO & SILVA (1999) com relação ao verbo *parecer*. Diríamos então que o verbo *ser* não impõe restrições θ ao elemento sintático que termina sendo o sujeito da sentença; quando a sentença é anômala do ponto de vista θ , a anomalia não pode ser explicada a partir do verbo *ser*, mas da relação entre o predicado e o sujeito.

Ocorrendo *ser* e *estar* no mesmo ambiente sintático, as sentenças têm significados distintos. Em (5b), o predicado *está doente* identifica propriedade temporária do sujeito. Em (5b), o predicado *é doente* indica propriedade permanente, durável ou imane do indivíduo³. O mesmo ocorre com os locativos *de São Paulo* e *em São Paulo*. Em *é convidado*, a relação é predicativa, informa uma condição do sujeito; em *estar convidado*, dá-se ênfase à conclusão do ato de convidar.

Uriagereka e Raposo (1995) consideram que predicados *individual level* (imanes ou inerentes) e *stage level* (transitórios) têm comportamentos sintáticos diferentes. No entanto, para Schmitt (1991), reportando-se ao português, e Carnie (1995), reportando-se a formas do irlandês compatíveis com a oposição *ser/estar*, não é possível distinguir *ser* de *estar* tomando por base essa a distinção entre os predicados.

Para Schmitt, a distinção é aspectual. A autora apresenta vários testes para comprovar a hipótese de que construções predicativas com *ser* não têm propriedades aspectuais, o que ocorreria nas construções com *estar*. Um dos testes apresentados revela que construções com *ser* predicativo (6a) são incompatíveis com advérbios *point in time*, ao contrário de *estar* (6b), o que sugere que as construções com *ser* não têm referência temporal. Para Schmitt, (1991:259), *ser* “não se aplica a um estado, nem a um evento, nem a um processo”:

- (6) a - **Maria é altruísta às 3 horas*
 b - *Maria está disponível às três da tarde*

Outro teste aplicado com o mesmo objetivo é o da expressão do tipo *há uma hora*. Nesse caso, também a sentença só é gramatical com *estar*:

- (7) *João *é / está feliz há uma hora*

³ Menciona-se o caso de construções em passado perfeito, como (ii):

- (i) *Maria é doente*
 (ii) *Maria foi doente*

Ocorre, aí, a coincidência de um estado durável (*ser doente*) e um perfectivo sintaticamente marcado (*foi*). Em termos semânticos, a perfectividade gramatical caracteriza-se pela informação de que a situação descrita pelo verbo está finda – isto é, Maria, que era duravelmente doente, não é mais doente. Em termos sintáticos, pode-

Pode-se contrapor ao raciocínio de Schmitt a suposição de que a agramaticalidade de (7) esteja relacionada não à expressão *há uma hora*, e sim ao fato de o adjetivo *feliz* ser *stage level*. A mesma expressão com predicado *individual level* pode ser gramatical:

(8) *João é professor há uma hora/ há um mês/ há um ano.*

A reação do verbo *ser* aos testes de aspectualidade – (6) e (7), entre outros – leva Schmitt a concluir que verbo *ser* não é especificado quanto ao aspecto. Tal fato permite exemplos de *ser* como em (9):

(9) *Policiais são rudes.*

Para a autora, a sentença em (9) tem interpretação *stage level*. O verbo *ser* é permitido pelo fato de que, sendo ele não-especificado quanto aspecto, nada o impediria de aparecer em predicados *stage level*. No entanto, o predicado *rude* é, no mínimo, ambíguo quanto à natureza *stage level* / *individual level*: pode ser interpretado como propriedade inerente do indivíduo.

Em irlandês (CARNIE 1995), *is* (*ser*) só é permitido com adjetivos *individual level*; no entanto, *tá* (*estar*) é permitido com predicados *individual level* e *stage level*⁴:

(10) a - *Is dochtúir Cathal*

É médico Cathal

Cathal é médico (*individual level*)

b - *Tá Cathal ina shuí*

Está Cathal em seu assento

Cathal está sentado (*stage level*)

se supor que o verbo *ser* seja um porta-afixo verbal – verbo funcional, portanto - cujo contexto de ocorrência supõe complemento não-verbal.

⁴ As expressões correspondentes a *ser* e *estar*, no presente e passado, são as seguintes, em irlandês:

	estar	ser
presente	tá	is
passado	bhí	ba ^L

c - *Tá Cathal* {*cliste, mor, ard*}

Está Cathal esperto, grande, alto.

Cathal é {esperto, grande, alto} (todos *individual level*)

Há grande número de predicados *individual level* que só são permitidos com *tá*:

(11) a - *Bhí* *sé cliste*
 Estar (passado) ele inteligente
 Ele era inteligente

b - **Ba* *chliste é*
 Ser (passado) inteligente ele (antes de morrer)

(11a) pode ser considerada ambígua na interpretação *stage level/individual level*; no entanto, a leitura *individual level* só é gramatical com *tá* (*bhí*). A sentença correspondente com *Is* (*ba*) é agramatical. Carnie conclui que a distinção *is/ta* não é semântica.

Parece que a distinção *ser* e *estar* não pode ser reduzida à questão de aspecto ou a critérios semânticos. Essa é também a opinião de Uriakerega e Raposo. Para eles, predicados *individual level* e *stage level* são marcados por Casos diferentes:

These 'aboutness' subjects are highlighted by the grammar in special way : a morphological case marker, a phrasal arrangement, an intonational break etc. We want to propose that this and nothing else is **IL**-hood: mere aboutness of a phrase which is appropriately (Case-) marked. (URIAKEREGA;RAPOSO, 1995: 195)

Predicados *individual level* seriam um subtipo de tópico, marcado com C Agr (Agr fraco) Caso *default* (em algumas línguas, marcado por tópico). Os predicados *stage level* seriam marcados por A-Agr(Agr forte).

Poder-se-ia, então, dizer que, em português, existem dois verbos distintos – *ser* e *estar* – para um único verbo *to be* em inglês. Nas sentenças predicativas, *ser* e *estar* são funcionais - c-selecionariam SCs: não atribuem Caso a seu argumento e não lhe dão papel temático.

(12) a - *Está* [_{SC} *Maria feliz*]

b - *É* [_{SC} *Maria feliz*]

Pode-se ainda partir de Heycock, quando propõe que a diferença entre (a) *seems*, *consider* e (b) *be*, *remain* e *become* é aspectual :

Je propose comme hypothese que, tandis que le complément de *seem* et *consider* est une estruture minimale - la projection d'un prédicat lexical - le complément de *be*, *remain* et *become* comporte une structure interne plus élaborée: ces verbes sélectionnent la projection d'une tête abstraite aspectuelle, qui sélectionne, à son tour, la projection lexicale comme complément (HEYCOCK, 1998 : 11)

A autora conclui a sua análise questionando a possibilidade de *be*, *become* e *remain* serem os mesmos verbos em inglês, distinguindo-se entre si a partir do núcleo AspP que, na forma lógica, se incorporaria a eles. Essa seria outra hipótese a considerar para a distinção entre *ser* e *estar*, pelo menos nos contextos em que ambos são possíveis. Certo número de exemplos apontam nessa direção:

(13) a - *Ele é rico*

b - *Ele está rico*

A diferença entre (13a-b) seria aspectual. Em (a), a riqueza é condição durável, inerente, enquanto, em (b), é situacional, momentânea - não se informa se durável.

A distinção pelo aspecto não ocorre da mesma forma, porém, em todos os contextos em que as duas formas são possíveis. Construções com participios de alguns verbos inacusativos estão neste caso:

(14) a - *Meu tio é morto / Meu tio foi morto*

b - *Meu tio está morto /? Meu tio esteve morto*

Não se pode dizer que *está morto* é condição momentânea. Da mesma forma, pares opositivos com *estar* acompanhado de gerúndios e participios de verbos inacusativos revelam novas nuances aspectuais:

- (15) a - *A festa está acabando*
 b - *A festa está acabada*

A sentença (a) indica um processo em curso - imperfectivo concomitante - e a sentença (b) um processo *stage level*, temporário, não durável, mas, pelo contrário, uma ação perfectiva, conclusa.

3. O VERBO *SER* NAS ESTRUTURAS DP-CÓPULA-DP

Duas abordagens pretendem dar conta das estruturas de sentenças com *ser*. Na primeira delas, de Moro (1995, 1997), Heycock (1998), entre outros, a cópula é considerada verbo de alçamento, como mostram (16 a-b):

- (16) a - *Maria é ∅ professora*⁵
 b - *É* [_{SC} [_{DP} *Maria* DP *professora*]]
 c - *Professora é Maria*

Em (16a), *ser* seleciona SC. O verbo pode alçar o DP sujeito *Maria* para a posição Spec IP e o predicado *professora* permanece *in situ*. O alçamento do DP predicado para a posição de sujeito não é licenciada. Em (16c), o DP *professora* ocupa posição acima sujeito, dada a interpretação focalizada obrigatória para a sentença ser gramatical.

Em alguns casos, os DPs pré e pós-verbais são reversíveis, como em (17a-c): ou o DP sujeito é alçado para a posição Spec IP e o predicado *a professora* permanece *in situ* ou o DP predicado é alçado para a posição sujeito e o sujeito permanece *in situ*:

- (17) a - *É* [_{SC} [_{DP} *Maria* DP *a professora*]]

- b - *Maria é a professora*
 c - *A professora é Maria*

Os seguidores dessa proposta discordam quanto à classificação dessas; Moro classifica (16) e (17) como predicativas, enquanto Heycock considera-as predicativa e equativa, respectivamente.

Carnie (1995), Rothstein (1995), entre outros, subdividem esses dois subconjuntos de frases em sentenças predicativas (16) e sentenças equativas (17). Divergem de Heycock e Moro quanto à estrutura de (16) e (17).

Para Carnie, a representação é como a de (18a), para sentenças predicativas, em (16) e (18b), para sentenças equativas como as de (17):

- (18) a - DP₂(DP₁)
 b - COP (DP₁ DP₂)

Em (18a), sentenças predicativas, seguindo Frege, não existe representação equivalente à cópula *be/ser*: DP₂ é predicado a DP₁, que é o argumento. Em (18b), sentenças equativas, a cópula seleciona SC com dois argumentos, em que, do ponto de vista lógico, DP₁ ↔ DP₂ ou DP₁ ≡ DP₂.

Para Rothstein, em construções predicativas a cópula seleciona SCs, enquanto equativas são projeções de I:

- (19) a - CÓPULA[DP₁ DP₂]
 b - IP[I [DP₁ DP₂]]

(19b) é a representação das sentenças equativas. Não são possíveis em inglês SCs equativas; nessas construções, o papel da cópula seria projetar um I constituinte para estabelecer a relação de predicação.

A hipótese de Heycock é a que mais se aplica às estruturas de sentenças com a cópula *ser* em PB. *Ser* c-seleciona SCs tanto predicativas quanto equativas. A distinção

⁵ A indeterminação, em português, pode ser feita com o artigo indefinido ou com \emptyset , que é o uso mais frequente com predicados *individual level*.

entre umas e outras, nas construções DP-cópula-DP, está relacionada a predicados definidos (equativas) e indefinidos (predicativas):

- (20) a - *Paulo é Ø médico*
 b - *Paulo é o médico (da minha família)*

Em PB, podem ocupar a posição pós-cópula tanto APs, quanto *bare* DPs, ou DPs. Os *bare* DPs e os DPs indefinidos funcionam como APs, como em (20a). Os DPs definidos funcionam como argumento, como em (20b). É possível alternar a ordem dos DPs em (21b), ao contrário de (21a), cuja admissibilidade condiz com situações em que a periferia esquerda da sentença é ativada. Isso nos leva a crer que (21a-b) apresentam estruturas distintas:

- (21) a - *_{[IP} *Um/Ø médico é Paulo*]
 b - _{[IP} *O médico é Paulo*]

Na opinião de Carnie, a agramaticalidade de (21a)⁶ deve-se ao fato de ocupar a posição de sujeito um predicado e não um argumento, como em (21b). Para esse autor, existem dois tipos de propriedade nominal atribuída: uma em que a propriedade se comporta como predicado (*um/Ø médico*) e a outra em que a propriedade é um argumento (*o médico*). Quando predicados, DPs indefinidos comportam-se como APs. Considera Rapoport:

That both AP SCPs, like *foolish*, and NP SCPs, like *a fool*, are projected from a lexical ap. i.e., the category representing attributes or states. (This ties in with views such as that of Pollock, 1983, in which the head of a predicative NP is reanalyzed as an adjective. (Rapoport, 1995, p.p. 177)

⁶ Para Moro (1997), que considera predicativa qualquer sentença com a estrutura DP-cópula-DP, não há justificativa para a agramaticalidade de (22a): “For the sake of clarity, notice that the presence of a predicative DP is only one necessary condition for having an inverse sentence: in fact, for reasons that I will not pursue here, the predicative DP cannot be raised if the D is an indefinite article. More generally, it is clear that the theory presented here is not powerful enough to explain the syntax of all types of copular sentences.” (Moro, 1997, p.p. 44)

Em português, (21a) pode ser gramatical, desde que apresentada dentro de um contexto, como em (22), em que *um médico* tem a leitura *um dos médicos*, pressupondo uma listagem, no que se chama de *efeito de lista*:

(22) *Dispomos de médicos e dentistas; um médico é Paulo*

E há vários outros casos, tanto em português quanto em inglês, em que DPs indefinidos podem ocupar posição sujeito, como mostram em (23a- d). O efeito de lista independe da proposição de um contexto, que é pressuposto:

(23) a - *Um motivo para a desvalorização do real foi a corrida ao dólar*

b - *A corrida ao dólar foi um motivo para a desvalorização do real*

c - *This would be a possible solution*

Esta seria uma solução possível

d - *A possible solution would be this*

Uma solução possível seria esta

Para Heycock (1998), (23c-d) sugerem que não há restrição a indefinidos ocuparem a posição Spec IP. A restrição não pode ser relacionada à categoria dos DPs precedidos de artigo indefinido ou de adjetivo, como mostram (24a-c):

(24) a - **A doctor is John*

b - **Proud of his daughters is John*

c - *Intelligent is what he think he is*

Inteligente é o que ele pensa que é

Nos exemplos (24b-c), os dois sintagmas que ocupam a posição Spec IP – *proud of his daughters* e *intelligent* – pertencem à mesma categoria, mas só (24c) é gramatical. As sentenças (24a-b) não podem ser agramaticais em decorrência do Caso, já que (24c) ocupa posição marcada por Caso nominativo (Heycock, 1998). A autora propõe que a agramaticalidade de (24a-b) se dá pelo fato de não poder aparecer, nessa posição, nenhum constituinte como predicado de um argumento pós-copular. Essas sentenças são

aparentemente inversas, não têm interpretação equativa e a interpretação predicativa é agramatical.

Em português, sentenças como (25), são gramaticais quando recebem acento distintivo no AP *inteligente*:

(25) *Inteligente é o Pedro*

Cabe investigar se os predicados que ocupam posição pré-cópula em (24c) e (25) estão em Spec IP ou na periferia esquerda da sentença. Williams (1983), citado por Heycock, apresenta evidências de que esses elementos estão na posição sujeito:

(26) a - *Proud of his daughters seems to be what he is*

Orgulhoso de suas filhas parece ser o que ele é

b - *Is intelligent what he thinks he is?*

Inteligente é o que ele pensa que é?

Em (26a-b), *proud of his daughters* e *intelligent*, afirma Williams, “freely undergoes subject-to-subject raising and inverts under subject-aux inversion” (Heycock, 1998, pag.15). Em PB, assim como em inglês e hebraico, a hipótese de que o licenciamento das sentenças matrizes copulares e das complementos de verbos tipo *consider* se dá por saturação é pertinente. O que não parece possível é a restrição a SCs equativas existente em inglês, como mostra (27b):

(27) a - *Considero* [SC [DP *Maria* AP *trabalhadora*]

b - *Considero* [SC [DP *Maria* DP *minha irmã*]

(27a-b) apresentam comportamento distinto do inglês.

4. ESTRUTURAS COMPARATIVAS

Comparando dados do hebraico, inglês e português para as construções com cópula em sentenças matrizes (I) e complemento de verbos epistêmicos (II), encontramos:

I - Sentenças matrizes:

(i) **Predicativas**

- (28) a - *Maria *(é)corredora*
 b - *The winner *(is) a good runner*
 c - *Dani (hu) nexmad*

Em (28a), a presença da cópula é obrigatória. A mesma situação se repete para os dados do inglês (28b), mas não para os do hebraico (28c), cuja cópula, nessas construções, é opcional.

(ii) **De identidade**

- (29) a - *A vencedora*(é) Maria*
 b - *The winner *(is) Mary*
 c - *Dani *(hu) mar yosef*

Em (29a-c), o português coincide com o inglês e hebraico quanto à obrigatoriedade da presença da cópula em sentenças que expressam identidade. Em hebraico, na verdade, o que aparece é o pronome PRON com os traços de AGR.

A omissão da cópula, em línguas como o hebraico, árabe e russo, ocorre sempre no presente que é tempo não-marcado. Quando as sentenças ocorrem no passado ou futuro, em que o tempo é marcado, a cópula aparece obrigatoriamente.

Para Nishiyama (1997), que analisa apenas sentenças predicativas, o responsável pela omissão ou não da cópula é o traço VS⁷ que o *tense*, dependendo da língua e tempo, pode ou não apresentar. Para esse autor, o *tense* em hebraico, no presente, não possui esse traço; já no passado, o *tense* apresenta o traço VS e a cópula aparece. Em inglês e português, línguas em que, no presente, não há omissão da cópula, o traço VS estaria forçosamente presente.

II - *Small clauses* complemento de verbos do tipo de *consider* (ECM):

(i) **Predicativas**

- (30) a - *Considero a vencedora uma boa corredora*
 b - *Considero a vencedora (*ser) uma boa corredora*
 c - *I consider the winner (to be) a good runner*

Em (30a-b), não é possível a inserção da cópula. Tal comportamento diferencia as construções do PB das construções semelhantes em inglês (30c), em que a inserção da cópula é opcional.

(ii) **Equativas**

- (31) a - *Considero a vencedora Maria*⁸
 b - *Considero a vencedora (*ser) Maria*
 c - *Considero Maria a vencedora.*
 d - *Considero Maria (*ser) a vencedora*
 e - *I consider the winner *(to be) Mary*
 f - *I consider Mary (to be) the winner*

Em PB (31a-c), fica claro que não é possível inserir a cópula em sentenças equativas, que expressam identidade, ao contrário do inglês (31d), em que *to be* é obrigatório.

Heycock (1998) apresenta exemplos contrários à proposta de Rothstein de que não existem SCs equativas complementos de *consider* sem *to be* em inglês:

- (32) a - *I consider John the real murderer*
 Considero John o verdadeiro assassino
 b - *But if what you say is true, that would make the real murderer John!*
 Mas se o que você diz é verdade, isso tornaria John o verdadeiro assassino

⁷ VS é um traço único que, quando presente no afixo *tense*, seleciona a cópula *dummy*. (pag. 43)

⁸ Nessas construções, é possível incluir ou não o artigo antes dos DPs (*Maria* e *vencedora*).

c - *But if what you say is true, that makes your attitude towards Jones my attitude towards Davies*

Mas se o que você diz é verdade, isto tornaria tua atitude quanto a Jones a mesma que a minha quanto a Davies

O exemplo (32a) é uma SC predicativa, ao contrário de (32 b-c), que têm interpretação equativa. Não se pode alegar que, em (32b), o DP na posição sujeito da SC tenha leitura indefinida, como mostra (33):

(33) a - *??If the child dies would make a murderer John*

b - *?? A murderer was John*

Além das evidências em (32a-c), Heycock também apresenta exemplos de SC equativas selecionadas por verbos de alçamento diferentes de *be*, como em (34a-c):

(34) a - *The real problem remains what to do next*

O problema real permanece sendo o que fazer em seguida

b - *The best solution remains instant retreat*

A melhor solução continua sendo a retirada imediata

c - *At this point our real problem becomes John*

Neste ponto nosso problema real passa a ser John

Os exemplos em (34) reforçam a proposta dessa autora de que a distinção predicativa/equativa é independente da cópula *be*. Em ambos os casos, *be* é um verbo de alçamento.

Em português, o verbo *ser*, quando está presente nas sentenças predicativas complementos de verbos epistêmicos, como *considerar*, precede os constituintes sujeito e predicado.

(35) a - *Considero [ser_{AP} necessária_{DP} a construção da ponte]*

b - *Considero [ser_{DP} a construção da ponte_{AP} necessária]*

Em (35), *ser* é opcional na sentença. Tanto em sentenças predicativas quanto equativas (36a-c), a ordem dos constituintes pode alternar, ao contrário do que ocorre em italiano e inglês. A alternância é amplamente distribuída:

(36) Predicativas

a - *Achei* [_{AP} *lindo* _{DP} *seu cabelo*]

a' - *Achei* [_{DP} *seu cabelo* _{AP} *lindo*]

b - *Considero* [_{AP} *muito inteligente* _{DP} *Maria*]

b' - *Considero* [_{DP} *Maria* _{AP} *muito inteligente*]

Equativas

c - *Considero* [_{DP} *a vencedora* _{DP} *Maria*]

c' - *Considero* [_{DP} *Maria* _{DP} *a vencedora*]

Há vasta documentação para o fato de que a predicação adjetiva pode existir, como sentença, sem o verbo *ser* – não apenas em SCs complementos de verbos proposicionais do tipo *consider*. Em russo, sentenças copulares no presente são construídas sem o verbo *ser*, mas com o adjetivo em forma reduzida (37b):

(37) a – *Jénshina krascívaia*

Mulher bonita

b – *Jénshina krascíva*

A mulher (é) bonita

Também em hebraico, diferentemente do inglês, são possíveis SCs como sentenças matrizes, quando predicativas:

(38) a - *Dani hu rofe*

b - *Dani rofe*

Em português, um tipo de sentenças matrizes em que a ausência do verbo *ser* é obrigatória são as SCs absolutas, em que só a ordem inversa é permitida:

(39) a - *Bonita a sua casa*

b - * *A sua casa bonita*

ou

(40) c - *Muito competente esse seu secretário*

d - **Esse seu secretário muito competente*

Kato (sem data) propõe que as SCs cuja ordem é predicado-sujeito tenham a mesma estrutura dos verbos inacusativos: o predicado, *lindo*, em (41a-b), seleciona o argumento interno *seu cabelo* (41a) que pode ser alçado para a posição Spec IP para receber caso nominativo ou, Caso Acusativo quando a SC for complemento de um verbo ECM. Tanto o sujeito *seu cabelo* quanto a categoria vazia *pro* são regidos pelo verbo da oração principal. Não sendo a SC uma projeção máxima, é transparente para a regência externa do verbo *achar*.

(41) a - cv *Achei* [*pro*[*lindo seu cabelo*]]

b - cv *Achei* [*seu cabelo* [*lindo* v_i]]

Nas SCs absolutas, só seria possível a ordem predicado/sujeito por não haver nenhum atribuidor de Caso para o sujeito na posição Spec IP. Como essa posição não é regida, é preenchida por PRO expletivo.

Analisemos agora as construções copulares com a estrutura DP-cópula-DP em que um dos DPs é um pronome:

(42) *Eu sou o rei*

Em (42), os DPs pré e pós-cópula são argumentos com o mesmo grau de referencialidade. Nesse caso, a sentença é equativa. Para se determinar qual o sujeito e qual o predicado da sentença, o caminho parece ser a concordância. A cópula concorda com o pronome em número e pessoa e, além disso, o pronome está na forma nominativa. Se invertermos os argumentos, teremos a sentença:

(43) *O rei sou eu.*

Em (43), há dois indicativos de que o pronome pós-cópula é o sujeito: a concordância com o verbo e o fato de o pronome estar na forma nominativa. Em italiano, a sentença correspondente apresenta comportamento semelhante ao português:

- (44) a - *(Io) sono il re della Francia*
 b - *Il re della Francia sono io*

Para Moro, (44b) é um exemplo de sentença predicativa inversa. Apresenta como evidências para essa análise (a) a concordância do verbo com o pronome, (b) a forma nominativa do pronome e (c) a frequência com que ocorrem construções inacusativas em que o sujeito ocupa a posição pós-verbal:

- (45) a - *È arrivato Gianni*
 b - Chegou João

Em (45a-b), o argumento interno do verbo inacusativo *arrivare* (*chegar*) ocupa a posição sujeito na SS.

Em inglês, o comportamento é distinto:

- (46) *The king of the France is me*
 O rei da França sou eu

Em (46), a cópula concorda sempre com o DP pré-cópula e o pronome pós-cópula está no acusativo. Da impossibilidade de ocorrerem sujeitos na posição pós-cópula, nessa língua, decorre que a concordância do inglês é sempre com o elemento pré-cópula:

- (47) a - *If I were the King of France ...*
 b - *Si fossi io il re della Francia...*

Em (47a), o sujeito está na posição pré-cópula, enquanto, em (47b) - exemplo do italiano -, o dois DPs, sujeito e predicado, ocupam posição pós-verbal. As duas possibilidades convivem em PB:

- (48) a - *Se fosse eu o rei da França...*
b - *Se eu fosse o rei da França...*

Para Moro, os exemplos (44), em italiano, e (46), em inglês, são sentenças predicativas; ao contrário, Heycock as considera como sentenças equativas canônicas (exemplos em inglês) e sentenças equativas canônicas e inversas (em italiano). Em português, aplica-se a mesma classificação do italiano.

Nesse capítulo, consideramos as estruturas com *ser* em que a cópula c-seleciona SC. Os dados da língua sugerem que a determinação do predicado, definido ou indefinido, é fundamental para a classificação dessas sentenças em equativas ou predicativas. Nas sentenças em que um dos DPs é um pronome na forma nominativa (*eu*), o caso do pronome é conclusivo para caracterizar a sentença como equativa. A análise de SCs, complementos de verbos tipo *to consider*, em que a presença da cópula é, na maioria das vezes, agramatical (a não ser quando precede os dois DPs e, nesse caso, é facultativa), fornece evidências de que em PB a cópula é *dummy*.

CAPÍTULO IV

EXTRAÇÕES EM SENTENÇAS COPULARES

Este capítulo trata da descrição sintática de orações com a cópula *ser* em português. Considera-se a oposição entre sentenças equativas e predicativas, com base na hipótese de Moro, que se fundamenta na extração de partes dos DPs pré e pós-cópula de sentenças copulares. Analisa-se o modelo de extração proposto por Moro, concluindo que as diferenças apontadas por este autor podem ser atribuídas à estrutura dos DPs, o que reforça a tese da existência de sentenças equativas.

A análise de Moro, segundo a qual todas as sentenças copulares são predicativas, parece de fato simples e econômica. Primeiro, ao tratar sentenças copulares como predicativas, afasta qualquer discussão sobre a possibilidade de ambigüidade da cópula nessas construções, classificadas pela maioria dos autores como predicativas e equativas. Segundo, apresenta uma explicação para o fato de DPs não referenciais ocuparem a posição de sujeitos sintáticos, quando propõe que tais DPs são na verdade predicados, e não argumentos. Terceiro, considera um único padrão gramatical para SCs, aquele em que a ordem dos constituintes é sujeito-predicado.

A pertinência da análise de Moro sobre sentenças copulares tem como suporte as seguintes premissas:

- a - a cópula (*be*) é considerada verbo de alçamento;
- b - não só o sujeito, mas também o predicado podem ser alçados para a posição Spec IP;
- c - a posição dos constituintes sujeito e predicado tem ordem rígida dentro da SC.

Dos três pressupostos acima, o item (c) não se confirma quando a análise de Moro é aplicada em PB. Para esse autor, não é possível a extração de parte do DP na posição pós-verbal nas sentenças inversas, porque o DP que permanece *in situ*, após o alçamento do DP predicado, ocupa uma posição ramificada à esquerda dentro da SC, como mostra a representação em (1):

(1) *A causa da revolta_i foi* [DP₁ *uma foto do muro* [DP₂ *t_i*]]

Em (1), é impossível extrair o PP que faz parte do DP sujeito da SC, como vemos em (2):

(2) *[*De que muro você acha que a causa da revolta foi uma foto?*]

Moro apresenta os exemplos em (3) de complementos de verbos tipo *consider* que dão suporte à sua análise:

- (3) a - *I consider* [SC [DP₁ *a picture of the wall*]_i *to be* *t_i* [DP₂ *the cause of the riot*]]
 b - *I consider* [SC [DP₂ *the cause of the riot*] *to be* [DP₁ *a picture of the wall* *t_i*]]
 c - *I consider* [SC [DP₁*a picture of the wall*]_i [DP₂ *the cause of the riot*]]
 d - * *I consider* [sc [DP₂ *the cause of riot*] [DP₁ *a picture of the wall*]]

Em (3 a-b), quando a cópula *be* está presente, as sentenças são gramaticais tanto na ordem canônica (3a) quanto na ordem inversa (3b). No entanto, em (3c-d), sem a presença da cópula, só a sentença canônica (3c) é gramatical. Para Moro, inversão dos constituintes da SC só é possível se houver um lugar de pouso para o predicado; caso contrário, a sentença será agramatical (3d). Os exemplos (3a-d) sugerem que a ordem dos DPs dentro da SC é fixa.

Analisemos agora, a possibilidade de os DPs constituintes da SC não ocuparem posição fixa na SC ou seja: não tem ordem canônica nem ordem inversa, como mostra (4a-b). Aí, o DP predicado ocuparia a posição de sujeito, enquanto o DP sujeito ocuparia a posição predicado:

- (4) a - *Cópula* [DP₂ *a causa da revolta* DP₁ *uma foto do muro*]
 b - *A causa da revolta foi*[DP₂ *t_i* DP₁ *uma foto do muro*]

Ao ser alçado o DP₂ *a causa da revolta* para a posição Spec IP em (4b), o DP₁ que permanece *in situ* ocuparia a posição predicado. Dessa forma, não haveria como

explicar a razão de não se poder extrair o seu PP, uma vez que o DP *uma foto do muro* ocuparia a posição predicado, de onde a teoria considera possível a extração.

Em português, os dados sugerem que a ordem dos DP₁ (sujeito) e DP₂ (predicado) dentro da SC não é fixa. Tomemos por base exemplos de SCs complemento de verbos tipo *consider* (5a-b), semelhantes ao inglês:

(5) a - *Considero* [SC [DP₁ *uma foto do muro*] [DP₂ *a causa da revolta*]

b - *Considero* [SC [DP₂ *a causa da revolta*] [DP₁ *uma foto do muro*]

Ao contrário do inglês, é possível a inversão dos DPs dentro da SCs. Se considerarmos a cópula como verbo de alçamento, mas que c-seleciona SCs em que os DPs sujeito e predicado alternam a distribuição, não é possível explicar a impossibilidade de extração de parte dos DPs como faz Moro. A sentença inversa, em (6) seria como

(6) *Cópula* [DP₂ *a causa da revolta* DP₁ *uma foto do muro*]

Ao se extrair, nas sentenças inversas, o predicado *a causa da revolta*, o sujeito *uma foto do muro* não permaneceria *in situ*, mas ocuparia a posição de predicado. Dessa forma, deveria ser possível a extração de parte dos DPs; no entanto, é impossível:

(7) - **De que muro você acha que a causa da revolta foi uma foto?*

Em português, como mostram os exemplos (8 a-b), à semelhança de (9 a-b), parece não haver as mesmas restrições sintáticas frente à extração:

(8) a - *A coluna do edifício foi a causa do desabamento*

b - *A causa do desabamento foi a coluna do edifício*

(9) a - *A picture of the wall was the cause of the riot*

b - *The cause of the riot was a picture of the wall*

Em (8a), sentença canônica, a extração de parte dos DPs da posição sujeito e objeto sofre as mesmas restrições do inglês: é possível a extração da posição predicado em (10a), mas não da posição sujeito em (10b):

- (10) a - *De que desabamento você acha que a coluna do edifício foi a causa?*
 b - *??De que edifício você acha que a coluna foi a causa do desabamento?*

De (8b), sentença inversa, não é possível a extração de dentro do predicado (11b), mas é possível da posição sujeito (11a):

- (11) a - *De que desabamento você acha que a causa foi a coluna do edifício?*
 b - *?? De que edifício você acha que a causa do desabamento foi a coluna?*

Em PB, neste caso, parece não haver as mesmas restrições aplicadas ao inglês: é possível a extração de PPs encaixados na posição sujeito. Será que a questão central é a simetria/assimetria das posições sujeito-predicado, como quer Moro, ou, ao contrário do que ele propõe, a possibilidade de extração de parte dos DPs depende de sua estrutura interna? Os raciocínios seguintes buscam uma resposta para esta pergunta.

Existem sentenças copulativas em PB, como a de (12a) em que é possível a extração dos DPs ou partes dos DPs em posição pré e pós-cópula (não se pode, em (12), distinguir forma canônica da forma inversa):

- (12) a - *A filha do general é a mulher do capitão*
 b - *De que capitão você acha que a filha de general é a mulher?*
 c - *De que general você acha que a filha é mulher do capitão?*

Em (12a-c), é possível a extração tanto do PP encaixado no DP sujeito quanto do PP encaixado no DP predicado. Esse exemplo contraria a afirmação de Moro de que só línguas artificiais seriam simétricas. Ele afirma, a propósito da simetria (MORO, 1997 : 263): “This is simply not true for the case of natural languages”.

A questão é ainda mais intrigante porque o exemplo (13a), aparentemente com a mesma estrutura de (9a-b), não apresenta as mesmas restrições frente ao movimento-Q:

- (13) a - *A foto do muro é o poster da campanha*
 a' - *De que campanha você acha que a foto do muro é o poster?*
 a'' - *De que muro você acha que a foto é o poster da campanha?*
 b - *O poster da campanha é a foto do muro* b' - *De que muro você acha que o poster da campanha é a foto?*
 b'' - *De que campanha você acha que o poster é a foto do muro?*

Em (13a-b), é possível extrair o PP encaixado do DP sujeito e do DP predicado; não há assimetria entre as posições de sujeito e predicado. A que se poderia atribuir o comportamento sintático distinto de (9a-b), em que a extração não é possível tanto da posição sujeito quanto da posição predicado e de (12a-b) e (13a-b), de onde a extração é possível em ambas as posições?

A hipótese que aqui propomos (ao contrário de Moro) é que há relação entre a estrutura interna dos DPs e o comportamento sintático distinto nas estruturas DP-copula-DP. Para isso é necessário delimitar:

- i - se só é permitida a extração quando o PP encaixado é um complemento selecionado por N;
- ii - se só é possível a extração quando o PP é um adjunto, isto é, não selecionado por N,
- iii - se a extração é permitida quando os dois núcleos dos DPs têm a mesma estrutura argumental.

Em (13a-c), *foto* e *causa* são nomes de estrutura argumental diferente; *foto* não apresenta estrutura argumental, ao contrário de *causa*. Se a hipótese (i) for verdadeira, será possível em (14a-c) a extração de parte do DP na posição pós-cópula, visto que é um complemento de onde a extração é permitida:

- (14) a - *Uma foto do muro foi a causa da revolta*

b - *De que revolta você acha que uma foto do muro foi a causa?*

c - *??? De que muro você acha que uma foto foi a causa da revolta ?*

O comportamento sintático de (14b-c) parece confirmar a tese de que restrição à extração está ligada à natureza dos PPs encaixados nos DPs: é possível extrair o PP do DP cujo núcleo é *causa*, mas não do DP cujo núcleo é *foto*. Nas sentenças inversas (22a-c), confirma-se a hipótese:

(15) a - *A causa da revolta é a foto do muro*

b - *De que revolta você acha que a causa foi a foto do muro?*

c - *??? De que muro você acha que a causa da revolta foi a foto?*

Os exemplos em (14a-c) e (15a-c) induzem-nos à suposição de que, da posição adjunto, a extração não é possível. No entanto (16a-b) mostram o contrário:

(16) a - *A foto do muro é o poster da campanha*

b - *De que campanha você acha que a foto do muro foi o poster?*

c - *De que muro você acha que a foto foi o poster da campanha?*

Em (16a-c), é possível a extração da posição do DP adjunto encaixado no DP, tanto na posição pré-cópula quanto na posição pós-cópula. Tal comportamento nos deixa, até aqui, sem resposta satisfatória. Se observarmos o comportamento dos DPs complementos em (17 a-c), o problema cresce em complexidade:

(17) a - *A destruição da cidade foi a causa da revolta*

b - *De que revolta você acha que a destruição da cidade foi a causa?*

c - *De que cidade você acha que a destruição foi a causa da revolta?*

Em (17b-c), os DPs com a estrutura núcleo-complemento não apresentam restrição quanto à extração, tanto da posição pré quanto pós-cópula. No entanto, essa é a ordem canônica. Vejamos a inversa (18a-c):

- (18) a - *A causa da revolta foi a destruição da cidade*
 b - *De que cidade você acha que a causa da revolta foi a destruição?*
 c - *De que revolta você acha que a causa foi a destruição da cidade?*

De forma semelhante a (16a-c), não há restrição em (18a-c) à extração dos PPs complementos encaixados nos DPs. Qual seria então, se é que há algum, o fator que rege o comportamento dos DPs frente à extração nas sentenças DP-cópula-DP? A resposta parece estar em (iii), a terceira hipótese que formulamos.

O que há em comum em (16a) e (17a) que faz a extração ser possível de qualquer posição? Em (16a), a estrutura argumental dos DPs na posição pré e pós-cópula é a mesma: ambos selecionam adjuntos. Em (18a), a estrutura argumental dos DPs na posição pré e pós-cópula é também a mesma: ambos selecionam complementos. A conclusão, de acordo com os dados, parece ser que a extração só é permitida quando ambos os DPs têm a mesma estrutura argumental.

1. A NATUREZA DA RELAÇÃO DE CÓPULA

Outra evidência de que os DPs se comportam de forma distinta com relação à cópula são os exemplos em (19 a-b) e (20 a-c). É possível, em (19 a-b), a cópula *ser* selecionar SCs, em que *a casa bonita* e *a casa de Pedro* deixam de ser constituintes e passam a ser predicções (Rothstein, 1995); *bonita* e *de Pedro* tornam-se predicados.

- (19) a - *A casa bonita* a' - *A casa é bonita.*
 b - *A casa de Pedro* b' - *A casa é de Pedro.*

Isso não acontece (ou dificilmente acontece) com *a causa do problema*, *a capital da Inglaterra* e *o irmão de Pedro*. Em (19a-b), os N⁰s (*casa*) pertencem à categoria dos nomes genéricos (nomes que têm uma referência no mundo real ou em mundos possíveis) e estão seguidos de um adjunto. O mesmo não se pode dizer dos DPs em (20a-c):

- (20) a - *A causa do problema* a' - ??*A causa é do problema*
 b - *A capital da Inglaterra* b' - ??*A capital é da Inglaterra*

Em (20a-c), a inserção de *ser* é agramatical. Poderia a restrição dever-se a uma diferença de estrutura dos DPs *casa*, de um lado, e *causa, capital, irmão*, de outro?

De acordo com Lage (1998), numa abordagem lógico/semântica, os núcleos dos DPs, em (20) – *causa, capital e irmão* – correspondem a predicções, designando entidades a partir de funções (*causar X, ser a capital de Y, ser o irmão de Y*). Enquanto as designações genéricas decorrem de padrões (a entidade tem alguns traços comuns com outras entidades tomadas como protótipos), relações do tipo *ser a causa de, ser a capital de* ou *ser o irmão de* são atribuídas às entidades do ponto de vista de uma relação com outras entidades do mesmo universo. Segundo essa abordagem, os argumentos em “A é a causa de B”, “A é a capital de B”, e “A é o irmão de B”, são “A” e “B” e não “A” e “a causa de B”, “A” e a “capital de B” e “A” e “o irmão de B”. É o que se infere de Frege (1978, pag. 46):

Para que se tenha um exemplo disto, consideremos, por exemplo, a expressão “a capital do Império Alemão”. Ela, obviamente, representa um nome próprio e refere-se a um objeto. Se, agora, nós a decompomos nas partes “a capital do” “império Alemão”, onde considero a partícula genitiva [alemã] como integrante da primeira parte, então esta é insaturada, enquanto que a outra é completa em si mesma. Assim, de acordo como que disse antes, chamo “a capital de x” de a expressão de uma função. Se tomamos o Império Alemão como argumento, obtemos, como o valor da função, Berlim.

A citação de Frege permite um raciocínio de natureza sintática:

- (a) Se a relação argumental é entre o antecedente e o conseqüente da expressão “a capital de”, ou de qualquer outra com as mesmas características, então o núcleo do DP, *capital*, seleciona um complemento, que vem a constituir o segundo argumento na sentença¹;
- (b) Se a relação entre os DPs pré e pós-verbal é do tipo predicção, isto é, se o segundo DP predica o primeiro, então o núcleo do segundo DP não seleciona

¹ Alega-se aqui similaridade com o que ocorre com núcleos deverbais, que rotulam relações expressas pelos verbos – por exemplo, *destruição (destruir)* ou *construção (construir)*. *Capital* e *irmão* nomeiam relações (funções, na terminologia de Frege), embora não correspondam, em português, a um verbo; *causa*, no entanto, corresponde a *causar*.

complemento e o termo que o segue é um adjunto, como ocorre com as expressões do exemplo (19);

- (c) Havendo predicação, a cópula suporta *tense*, modo e aspecto, o que não ocorre no interior da unidade formada por núcleo e complemento. Daí a agramaticalidade de *a causa é do problema, a capital é da Inglaterra e o irmão é de Pedro*.

Demonstração suplementar surge quando se processam extrações de sentenças compostas por um DP pré-cópula constituído de determinante e núcleo e um DP pós-cópula com determinante, núcleo e complemento ou adjunto (21a-d):

- (21) a - *O tiro foi a causa da morte*
 a' - *De que morte o tiro foi a causa?*
 b - *O soldado foi o autor do tiro*
 b' - *De que tiro o soldado foi o autor?*
 c - *O prêmio foi um estojo de jóias*
 c' - ??*De que jóias o prêmio foi um estojo?*
 d - *O conteúdo era um pacote de remédios*
 d' - ??*De que remédios o conteúdo era um pacote?*

O que se constata em (21a-d) é que a extração de parte do DP pós-verbal é possível para complementos (21 a-b) e não é adequada para adjuntos (21 c-d). Observe-se que esse raciocínio não se aplica, em princípio, como vimos, a sentenças constituídas por dois DPs constituídos, um com adjunto, outro com complemento:

- (22) *A foto do muro foi a causa da revolta*
 Foi [SC [DP *a foto do muro* DP *a causa da revolta*]]

Na visão de Moro, (22) é sentença predicativa canônica. Invertendo-se a ordem dos DPs, tem-se a correspondente sentença predicativa inversa (23):

- (23) *A causa da revolta foi a foto do muro.*
 Foi [SC [[DP *a causa da revolta* DP *a foto do muro*]]

Em (22 e 23), a relação funcional (uma função, no sentido matemático do termo) dominante seria, pois, a partir de Frege, entre os argumentos *foto do muro* e *revolta*: o primeiro *causa* a segunda. A presença do verbo *ser* acresce *tense*, modo e aspecto a essa função.

Moro fundamenta-se no fato de que há restrição à extração de parte do DP da posição pós-verbal. No entanto, essa mesma restrição parece não prevalecer no caso de o verbo de cópula estar unido a DPs de estrutura similar, isto é, a DPs do tipo genérico (*foto*, *poster*) ou do tipo relacional (*causa* / *conseqüência*).

No exemplo (12) repetido em (24), os dois DPs, pré e pós-cópula, têm núcleos que se referem a relações objetivas ou materiais (*ser a filha*, *ser a mulher*); são, portanto, DPs relacionais. A extração é possível, tanto na sentença canônica quanto na inversa:

- (24) a - *A filha do general é a mulher do capitão*
 b - *De que capitão você acha que a filha do general é a mulher?*
 c - *De que general você acha que a filha é a mulher do capitão?*

Em (24a-c), os DPs *a filha do general* e *a mulher do capitão* são designações de um mesmo referente. Trata-se de equativas verdadeiras (uma coisa é idêntica a si mesma); extrações pré e pós-cópula são gramaticais. Se os DPs pré e pós-cópula são relacionadores (por exemplo, *causa* ou *conseqüência*), a extração também é possível, como mostram (25a-c):

- (25) a - *As conseqüências do desastre foram a causa da morte*
 b - *De que morte você acha que as conseqüência do desastre foram a causa?*
 c- *De que desastre você acha que as conseqüências foram a causa da morte?*

O mesmo parece ocorrer quando os dois DPs têm núcleos com nomes genéricos, isto é, categorias reconhecidas como comuns a conjuntos de entidades - em (26a), *foto* e *poster*:

- (26) a - *uma foto do muro é o poster da campanha*

b - *De que campanha você acha que uma foto do muro foi o poster?*

c - *De que muro você acha que uma foto foi o poster da campanha?*

A impossibilidade de extração apontada por Moro subsistiria, assim, apenas nas sentenças em que se atribui a um nome genérico (*foto*) – o primeiro DP da forma canônica) – uma relação expressa pelo núcleo do segundo DP (*causa*) na forma canônica. Sentenças nesta condição não são de fato equativas, mas predicativas, isto é, atribuem ao núcleo do primeiro DP da forma canônica a relação expressa pelo segundo DP.

2. A SINTAXE DAS SENTENÇAS DP- CÓPULA-DP

Numa abordagem sintática, diríamos que a diferença entre os DPs é de estrutura. No caso de *uma foto do muro* e *o poster da campanha*, os núcleos não apresentam estrutura argumental; os PPs que seguem os núcleos são adjuntos. Já *a causa da revolta*, *a filha do general*, *a mulher do general*, *a consequência do desastre* e *a causa da morte* têm como estruturação núcleos lexicais que apresentam estrutura argumental; selecionam PPs complementos. *Causa*, *consequência*, *filha* e *mulher* (na entrada lexical = companheira) não podem ser usados sem o necessário complemento “de alguma coisa” ou “de alguém”².

Vejam-se outros exemplos:

(27) a - *A troca do sinal é a solução do problema*

b - *De que problema você acha que a troca do sinal é a solução?*

c - *De que sinal você acha que a troca é a solução do problema?*

Em (27), ambos os núcleos dos DPs exigem complementos e não há restrições sintáticas. O mesmo, como vimos, acontece quando ambos os DPs admitem adjuntos (26a-c). Mas não é o que ocorre - isto é, a extração é inaceitável – se as estruturas argumentais dos núcleos na posição pré e pós-verbais forem distintas, como mostram (28a-c):

² *Mulher* tem mais de uma entrada lexical. Pode designar um gênero, em oposição a *homem*, ou uma relação, em oposição a *marido*; este é o caso considerado.

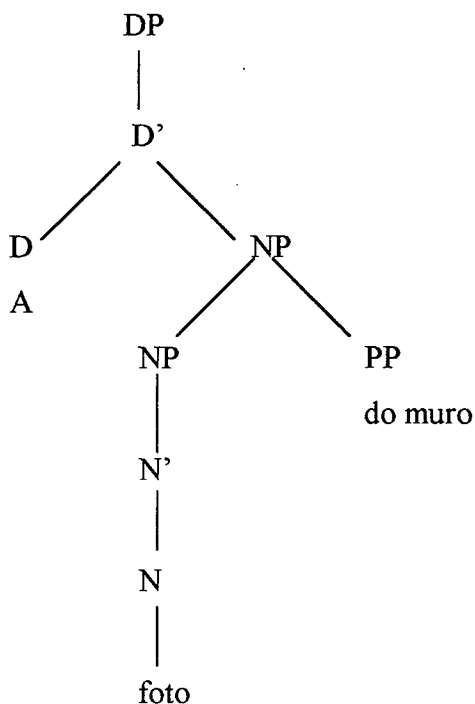
- (28) a - *A foto do muro foi a causa da revolta*
 b - *De que revolta você acha que a foto do muro foi a causa?*
 c - *??? De que muro você acha que a foto foi a causa da revolta?*

Em (28a-c), o núcleo do DP pré-cópula *foto* pede PP adjunto, enquanto o núcleo do DP na posição pós-cópula *causa* seleciona o complemento: e a extração não é permitida na posição pré-cópula. Na sentença inversa, a extração não é possível do DP pós-cópula e é possível do DP pré-cópula:

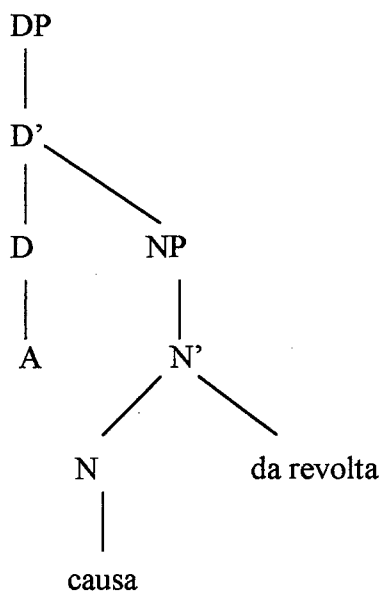
- (29) a - *A causa da revolta é a foto do muro*
 b - *De que revolta você acha que a causa foi a foto do muro?*
 c - *??? De que muro você acha que a causa da revolta foi a foto?*

Podemos então representar a estrutura dos DPs constituídos de núcleo (*foto, poster, casa*) e adjunto como em (30) e a estrutura dos DPs constituídos de núcleo (*causa, consequência, filha, culpado, disputa*) e complemento, como em (31):

- (30) Ausência de estrutura argumental



(31) Presença de estrutura argumental



3. O TESTE DO PRONOME RESUMPTIVO

Britto (1997) classifica as sentenças de cópula em três grupos: (i) - predicativas canônicas (equativas); (ii) - predicativas canônicas e inversas; (iii) - identificacionais canônicas e inversas. A autora mostra, através de testes sintáticos, que sentenças copulares apresentam comportamentos distintos quanto ao emprego do pronome resumptivo: na forma canônica, as sentenças têm a posição de sujeito, Spec IP, preenchida pelo pronome resumptivo *ele/ela*, enquanto nas sentenças em ordem inversa, a mesma posição é preenchida pelo pronome nulo *pro*. (39a-b) são exemplos de sentenças predicativas canônicas (equativas verdadeiras) que não oferecem restrições ao resumptivo:

- (32) a - [IP [DP *A foto do muro*] [IP *ela_i foi* [SC *t_i* [DP *a decoração da parede*]]]]
 b - [IP [DP *a decoração da parede*] [IP *ela_i foi* [DP *a foto do muro*] *t_i*]]]

Em (32 a-b), o pronome lexicalizado *ela* ocupa a posição de Spec IP. No entanto, sentenças predicativas canônicas (33a) e inversas (33b) comportam-se de maneira diferen-

te: na ordem canônica, é possível o emprego do pronome, mas, na ordem inversa, a presença do resumptivo lexicalizado não é licenciada. Não é possível ao pronome lexicalizado ocupar a posição Spec IP que, como mostra a representação em (33b), está preenchida pelo pronome nulo *pro*.

- (33) a - [IP [DP *A foto do muro*] [IP *ela*_i *foi* [SC t_i [DP *a causa da revolta*]]]]
 b - [IP [DP *A causa da revolta*] [IP *pro*_i *foi* [SC [DP *a foto do muro*] t_i]]]
 c - *[IP [DP *A causa da revolta*] [IP *ela*_i *foi* [SC [DP *a foto do muro*] t_i]]]

Em (33a), *a foto do muro* ocupa posição adjunta a IP, seguida do pronome resumptivo *ela*, que foi alçado da posição sujeito da SC. Em (33b), o DP que ocupa a posição pré-verbal é o predicado (a sentença está na forma inversa); nesse caso, não é permitida a presença do pronome lexicalizado e o predicativo *pro*, o mesmo das sentenças inversas do italiano, é quem ocupa essa posição. *pro* copia os traços do sujeito *a foto do muro* e a concordância se dá numa relação-especificador núcleo entre *pro* e I. O mesmo acontece com (34a-b), sentenças identificacionais:

- (34) a - [IP [DP *A Mary*] [IP *ela* *foi* [SC [DP *a minha orientadora*] t_i]]]
 b - [IP [DP *a minha orientadora*] [IP *pro*_i *foi* [SC [DP *a Mary*] t_i]]]

Em (34), assim como em (33), só é permitida a presença do resumptivo *ela* na ordem canônica.

Para Brito, como não existe em PB – ao contrário do japonês - morfologia de Caso para marcar sujeitos que expressem juízos categóricos e téticos, há duas formas de codificar essa distinção nas construções copulares: os juízos categóricos são aqueles com deslocamento do sujeito à esquerda mais o pronome resumptivo (32) e (33a); já nos juízos téticos, há deslocamento do DP pré cópula, mas a forma lexicalizada do pronome não é licenciada e a posição Spec IP é preenchida por *pro* (33b).

4. CONCLUSÃO

Ser e *estar* compõem um par que, em português, corresponde ao verbo inglês *to be*, ao verbo francês *être* e às partículas irlandesas *is* e *ta*. A relação descrita como có-

pula é exercida, em várias línguas – como o russo ou o hebraico –, quando no presente indicativo, pela mera justaposição do predicado (DPs, APs ou PPs cuja desinência é eventualmente alterada) ao sujeito, formando sentenças aparentemente sem verbo.

Em PB, nas sentenças matrizes, a cópula é obrigatória tanto nas predicativas quanto equativas (a exceção são as SC invertidas “*lindo o seu cabelo*”). Nessas construções, *ser* c- seleciona SCs predicativas ou equativas³ e suporta os traços de *tense*. Comportamento distinto, no entanto, apresentam as SCs complementos de verbos tipo *consider*, em que a cópula não é permitida sob certas circunstâncias. Quando é permitida, *ser* ocupa posição C; além disso, a cópula é facultativa independente da SCP ser predicativa ou equativa.

As distribuições de *ser* e *estar* nem sempre se superpõem em português. Alguns predicados admitem apenas a forma *ser*, outros a forma *estar*. Quando existe a superposição, a distinção é aparentemente aspectual, com *estar* indicando condição temporária ou *stage level*, e *ser* indicando condição imanente ou *individual level*. As nuances aspectuais, no entanto, variam com o contexto, o que se evidencia nas construções em que *ser* e *estar* atuam nas formas verbais no que é tradicionalmente descrito como função auxiliar: a construção *estar* + *particípio* (por exemplo, “está convidado”) indica ação conclusa (resultativo), enquanto a construção do português brasileiro *estar* + *gerúndio* (que corresponde, no português de Portugal a *estar* + *preposição* + *infinitivo*, como “está a fazer”) indica ação concomitante.

As estruturas copulares do tipo DP1-Cópula-DP2 têm sido descritas como equativas e predicativas: fator decisivo para uma ou outra classificação é a determinação ou não do DP pós- cópula; se definido, sentenças equativas; se indefinidos, sentenças predicativas. Quanto à ordem dos DPs, a reversibilidade só é permitida quando a sentença é equativa. Nas sentenças predicativas, com DPs indefinidos, só aos DPs que apresentam leitura partitiva se permite ocupar a posição sujeito.

Nas estruturas predicativas, a relação funcional (no sentido fregeano de *função*) é tal que DP2 é predicado a DP1, de modo que DP1 pertence à categoria de DP2. Isto é

³ Radford sustenta que *to be* é um verbo funcional, semanticamente vazio: “On this account, *be* is a *dummy* auxiliary used only as a last resort (to satisfy the categorial requirements of the tense affix T -i.e. the requirement that it be attached to a verbal stem): it is used in structures with a nonverbal predicate (whereas dummy *do* is used as a last resort in structures with a verbal predicate.” (Radford, 1997, p. 263)

particularmente visível nas línguas que obedecem rigidamente à ordem Sujeito-Verbo-Objeto, como o inglês ou o francês. Em línguas em que essa ordem não é rígida (as declinadas, como o latim, o alemão, o russo ou o hebraico e as línguas em que são mais abundantes construções inacusativas, como no caso do português e do italiano), a possibilidade de ordenação Predicado-Verbo-Sujeito, em grande número de contextos, permite certa dúvida.

No entanto, a estrutura copular difere das estruturas argumentais em português porque, nestas, o complemento do verbo apresenta Caso diferenciado; nas estruturas copulares, o Caso do argumento que ocupa a posição predicado é o mesmo do sujeito, quer porque ele copia o caso do sujeito, quer porque, não lhe sendo atribuído Caso, recai no caso *default* da língua.

Em português, como em italiano, o Caso do argumento que ocupa a posição de predicado em uma sentença copular pode ser constatado pelo pequeno elenco de palavras (pronomes) em que há permanência do Caso. Admite-se, então, como forma canônica, a ordem Sujeito-Cópula-Predicado e como ordem inversa a ordem Predicado-Cópula-Sujeito.

A estrutura equativa de proposições, ainda do ponto de vista lógico, é aquela em que os DPs predicado e sujeito podem permutar suas posições, isto é, em que, se A é B, B é A, sem prejuízo da verdade. De uma perspectiva referencial, equativas verdadeiras são aquelas em estruturas A é B em que A e B reportam-se ao mesmo referente, já que uma coisa é sempre idêntica a si mesma.

Moro (1993, 1997) argumentou que não existem sentenças equativas e que a equatividade é mera ilusão. Para sustentar essa proposta, procedeu a exercícios de extração capazes de mostrar a assimetria real de sentenças supostamente equativas. Sua conclusão é de que a simetria só é possível em línguas artificiais, não em línguas naturais. Outros autores, como Carnie, Heycock e Rothstein, sustentam a existência de sentenças copulares equativas, sem, no entanto, contestar a hipótese de Moro. Apenas Carnie colocou em dúvida a validade de algumas de suas constatações sobre a gramaticalidade de extrações.

A pesquisa básica realizada nessa dissertação consistiu da verificação da hipótese de Moro em português, considerando sentenças com diferentes estruturas dos DPs pré e pós-copulares. Considerando diferentes possibilidades de realização, podemos supor

que as peculiaridades de extração de partes de DPs, em orações copulares do tipo DP-cópula-DP em português brasileiro, relacionam-se, também com a estrutura dos DPs, ao contrário do que propõe Moro:

- (a) se ambos os DPs admitem PPs adjuntos, a extração é possível de ambos os DPs;
- (b) se ambos os DPs selecionam complementos, a extração é possível de ambos os DPs;
- (c) se os DPs têm estruturas distintas, a extração é possível do DP que seleciona complemento e não do DP que admite adjunto.

Estabelecemos, instrumentalmente, relação entre a natureza genérica ou relacional do núcleo do DP e sua estrutura argumental, que parece ser o relevante, no caso.

Como a assimetria com relação à extração nesses casos – que supomos dever-se à estrutura dos DPs e não a qualquer fator inerente à cópula – é o argumento básico de Moro para sustentar a inexistência de sentenças equativas, cremos ter colocado uma dúvida consistente quanto à sustentação dessa hipótese do autor.

Bibliografia

- ALWOOD, J; LARS-GUNNAR, A & DAHL, O. *Logic in Linguistics*. Cambridge, CUP, 1989.
- BELLETTI, A. "The case of inaccusatives". *Linguistic Inquiry*, vol. 19:1. MIT Press 1988;1-34.
- BOWERS, J. "The Syntax of Predication". *Linguistic Inquiry*, vol. 24, n. 4, 1993.
- BRITTO, H. S. de. *Deslocamento à esquerda, resumptivo-sujeito, ordem SV e a modificação sintática de juízos categóricos e tético no português do Brasil*. Tese de doutoramento. Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem -IEL, Unicamp, 1998.
- CAMACHO, J & SANCHEZ, L. "Equative ser in Spanish". *Proceedings of the North East Linguistic Society*, 23 vol 1. Ottawa, 1993
- CARNIE, A. *Non-verbal predication and head movement*. Cambridge, MIT, tese de doutoramento. <http://lingust.emich.edu/~carnie/>, setembro, 1998.
- _____. "Two types of Non-verbal Predication in Modern Irish". *Canadian Journal of Linguistics/Revue Canadienne de Linguistique* 42 (1-2):57-73, Toronto, 1997
- CHOMSKY, N. "A Minimalism program for Linguistic Theory". In: HALE, K & CHOMSKY, N. "Bare phrase structure". *Occasional working papers in Linguistics*, 5. MIT, Cambridge, 1994.
- _____. *The Minimalist program*. Cambridge, MIT Press. 1995.
- _____. *Barriers*, MIT Press, Cambridge, Mass.
- COCCHI, G. *La selezione dell'ausiliare*. Florença, Uni Press, 1995.
- COPI, I. *Introdução à Lógica*. São Paulo, Mestre Jou, 1974.
- DIKKEN, M d. *Predicate inversion and minimality*. Amsterdam, Free University, 1993.

- DONELLAN, K. "Reference and Definite description". *Philosophical Review* 75, Londres, 1996.
- ELISEU, A. *Verbos ergativos do Português: descrição e análise*. Trabalho de síntese para provas de aptidão pedagógica e capacidade científica. Lisboa, Faculdade de Letras, 1984.
- FIGUEIREDO S. M. C. *A posição sujeito no Português Brasileiro*. Campinas, Unicamp, 1996.
- FRANK, R. *Syntactic locality and tree adjoining Grammar: grammatical, acquisition and processing perspectives*. Tese de doutoramento. University of Pensylvania, 1992.
- FREGE, G. *Lógica e Filosofia da linguagem*. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1978
- GIORGI, Alessandra & LONGOBARDI, Giuseppe. *The syntax of Noun Phrase: configuration, parameters, and empty categories*. Cambridge University Press, 1991.
- HAEGEMAN, L. *Introduction to Binding Theory*. Oxford, Blackwell, 1994, 2ª edição.
- HEYCOCK, C. "Phrase réduites inverses". In ROUVERET, A. (ed). *Études sur Être*. Vincennes, Presses Universitaires, 1998.
- _____ & KROCH, A. "Pseudocleft connectedness: Implications for the Lf interface level". 1998 a (mimeo)
- _____ & KROCH, Anthony. "Inversion and Equation in Copular Sentences", 1998 (mimeo).
- HEYCOCK, C. "The internal structures of Small Clauses; New Evidence from inversion". Proceeding of Nels 25, Ottawa, 1994.
- JESPERSEN, O. *Analytic Syntax*. Chicago, University of Chicago Press, 1984.
- KATO, A. *Small Clause*. Unicamp, s.d. (mimeo)
- Kayne, R. S. *Connectedness and Binary Branching*, Foris, Dordrecht, 1984.
- KREPS, C. "Another look at small clause". *UCL Working papers in Linguistics*, 6. 1994, Londres, p.p. 149-176.
- LAGE, N. "Aula 3", "Aula 4". *Gramática do texto jornalístico*. Textos de apoio didático. <http://www.cce.ufsc.br/~com>. Novembro, 1998.
- LANGER, S. K. *Introducción a la Lógica Simbólica*. México, Siglo Veinteuno, 1972.

- MARANTZ, A . "A reader's guide to a Minimalism programa for Linguistic Theory".
In: WEBELHUTH, G (ed). *The principles and parameters approach to Syntactic Theory: a sinopsis*. Oxford, Blackwell, 1995, p.p. 349-82.
- MIOTO, C. "Lingüística e Ensino de Gramática". *Anais do Seminário "Lingüística e Ensino de Língua Portuguesa, Agosto de 1994"*. Porto Alegre, Edipucrs, 1995.
- LOPES, R. V; FIGUEIREDO SILVA, M. C. & MIOTO, C. *Manual de Sintaxe*. Florianópolis, Insular, 1999.
- MORO, A . "Small Clause with Predicative Nominals", in CARDINALETTI, A & GUASTI, M. T (eds). *Syntax and Semantics* 28, 109-127. Academic Press, New York, 1995.
- MORO, A . "Per una teoria unificata delle frasi copulari." *Rivista di grammatica generativa*, 13 Pag. 81-110, Roma, 1988.
- MORO, A . *Predicati nominali e la struttura della frase*. Pádua, Unipress, 1993.
- MORO, A . *The raising of predicates. Predicative noun phrases and the theory of clauses sctructure*. Cambridge, CUP, 1997.
- NISHIYAMA, K. "What does the copula do?" *Working Papers in Linguistics*, 4.2 228-243. University of Pensylvania, 1997.
- RADFORD, A . *Transfomacional Grammar, a First Course*. Cambridge, CUP, 1996.
- RADFORD, A . *Syntactic Theory and the Structure of English: a minimalist approach*. Cambridge, CUP.1997.
- _____ . *Syntax, a minimalism introduction*. Cambridge, CUP, 1997.
- RAPOPORT, T.R. "Specificity, Objects, and Nominal Small Clause", In: CARDINALETTI, A & GUASTI, M. T (eds). *Syntax and Semantics* 28, 109-127. Academic Press, New York, 1995.
- RAPOPORT, T.R. *Copular nominal and small clauses* Tese de doutoramento. Cambridge, MIT, 1987.
- RAPOSO, E. P. *Teoria da Gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa, Caminho, 1992.
- RAPOSO, E ; URIAGEREKA, J. "Long-Distance case Assignment", *Linguistic Inquiry*, 21:4.MIT Press: 1990.p.p. 505-538.

- ROTHSTEIN, S. "Small Clause and Copular Constructions", in CARDINALETTI, A & GUASTI, M. T. (eds). *Syntax and Semantics* 28, p.p.109-127. Academic Press, New York, 1995.
- SCHMITT, C. "Ser and estar; aspectual selection and composition". LCJL 3 Proceedings. Leiden conference for junior linguistics, 1991, p.p.247-265.
- STOWELL, T. "What was there before there was there?". In: FARKAS, D et al (eds). *Papers from the 14th Regional Meeting*. Chicago, Chicago Linguistic Society, 1978.
- TORREGO, E. "Unergative-unaccusative alternation in Spanish". Cambridge, *MIT Working Papers in Linguistics*, vol. 10, 1989, p.p. 253-269
- ZAMPARELLI, R. *Layers in the Determiner Phrase*. <http://www.cogsci.ed.ac.uk/~roberto/layers/intro.html>